

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

# Herdade do Castelão

REABILITAR SOBRE UM *COMPÓSITO* - ENTRE O POPULAR E O  
CONTEMPORÂNEO

António Luís Catarino Gomes da Costa

**M**

**2023**





# Herdade do Castelão

Reabilitar sobre um *compósito* - entre o popular e o contemporâneo

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura  
Orientação: Prof. Doutor Joaquim José Lopes Teixeira  
António Luís Catarino Gomes da Costa  
FAUP | 2023



Ao Prof. Doutor Joaquim Teixeira, pela disponibilidade, atenção, crítica e orientação na elaboração desta dissertação.

*À minha família,*  
pelo apoio, preocupação e incentivo.

*Ao meu avô Joaquim,*  
*autor da Herdade,* objeto de estudo desta dissertação.

*Aos meus amigos,*  
Ricardo e Rodrigo, pela amizade e partilha deste percurso.

*Ao meu pai e irmã,*  
pelas palavras de ânimo e exemplo que são.

*À Eliana,*  
o meu porto de abrigo, por tudo, pela presença, força, compreensão, e ajuda  
- pelo amor.

*À minha mãe,*  
a quem dedico este trabalho.

## **resumo**

A presente dissertação consiste na elaboração de uma proposta de reabilitação para um conjunto edificado habitacional de apoio a funções agrícolas, atualmente, votado ao esquecimento. Localizado em Santa Eulália, Elvas, Portugal, apresenta características que, num primeiro olhar, se identificam como incomuns na arquitetura da região.

A reabilitação motiva-se num programa que tenta responder, por um lado, a um uso de cariz familiar e, por outro, a uma vertente turística que pretende reavivar o uso da propriedade.

O projeto acompanha-se de uma vontade de estudar a problemática de intervenção em edifícios desenraizados do lugar, ciente da necessidade de compreender o edifício e a sua circunstância sobre os vários tempos - passado, presente e futuro.

A proposta de intervenção está, por isso, assente numa investigação teórico-prática que, baseada numa análise e reflexão teórica sobre as problemáticas de intervenção num edifício existente, auxiliará o processo de conceção arquitetónica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reabilitação; Alto Alentejo; Popular; Contemporâneo; Compósito

## **abstract**

The present dissertation consists in the elaboration of a rehabilitation proposal for a housing set supporting agricultural functions, currently doomed to oblivion. Located in Santa Eulália, Elvas, Portugal, it presents characteristics that, at a first glance, can be identified as unusual in the architecture of the region.

The rehabilitation is motivated in a program that it tries to respond, on one hand, to a family use and, on the other hand, to a touristic use that intends to revive the property.

It also is intended to study the problematic of intervention in uprooted buildings, aware of the need to understand the building and its circumstance over the various periods of time - past, present and future.

The intervention proposal is therefore based on a theoretical and practical research that, based on an analysis and theoretical reflection about the problems of intervention in an existing building, will help the architectural design process.

**KEY-WORDS:** Rehabilitation; Alto Alentejo; Popular; Contemporary; Composite



## sumário

introdução .....	10
<b>Território</b> .....	15
clima e relevo .....	19
santa eulália .....	21
contexto social e histórico .....	24
formas de povoamento .....	27
<b>Circunstância</b> .....	29
aproximação .....	31
‘monte alentejano’ .....	35
arquitetura do monte .....	37
conjuntura .....	40
<b>Objeto</b> .....	45
construído .....	47
levantamento .....	53
1ª fase de construção .....	53
2ª fase de construção .....	59
edificado composto .....	65
<b>Intervenção</b> .....	69
cliente e programa .....	71
método .....	74
plano horizontal .....	79
guias de intervenção .....	83
pódio tectónico .....	85
pódio esteretómico .....	89
proposta .....	91
casa .....	91
nova volumetria .....	95
espaço envolvente .....	105
considerações finais .....	108
referências bibliográficas .....	110
iconografia .....	111

## **introdução**

### **OBJETO DE ESTUDO**

O objeto de estudo desta dissertação é um conjunto edificado, de origem popular, implantado na Herdade do Castelão, localizado em Santa Eulália, concelho de Elvas, distrito de Portalegre. A Herdade integra assim, a região alentejana do território português, o que apela a uma atenção às especificidades que se tornam comuns nesta área geográfica.

A Herdade está implantada, como a maioria das herdades alentejanas, sobre um monte – geografia que constitui um papel essencial na ocupação neste território ao longo de toda a sua história enquanto lugar habitado.

O conjunto edificado da Herdade foi construído entre o final no século XX e a primeira década do século XXI e revela uma construção que se serve de várias técnicas e materiais, entre as quais se destacam as estruturas em betão armado e um sistema pré-fabricado em madeira.

### **MOTIVAÇÃO**

A presente dissertação nasce, sobretudo, do desejo de intervir num conjunto edificado que tem para o autor deste trabalho um valor afetivo - por nele ter vivenciado diversos momentos da sua infância. Uma vontade que surgiu num momento embrionário deste trabalho foi materializada na realização de uma proposta de reabilitação, motivada pelas atuais exigências e condicionantes ambientais transversais a toda a sociedade e às quais a arquitetura não deve ser indiferente. As perspetivas sobre o presente e, sobretudo, sobre futuro da profissão tornam a reabilitação de edifícios um campo cada vez mais relevante. Nesse sentido, esta dissertação surge também como fonte de aquisição de competências nesse campo da arquitetura.

O conhecimento da condição e do potencial da propriedade, por parte do autor, tornou pertinente a intervenção na Herdade do Castelão. A vontade surge, não pela exaltação romântica da ideia de uma ruína que anuncia uma degradação material, mas sim por se apresentar como uma construção com elementos

compositivos que se definem como incomuns na arquitetura da região, que se distanciam das restantes construções a nível formal, construtivo e funcional.

Poder elaborar uma proposta de reabilitação que, em função das especificidades do conjunto edificado da Herdade do Castelão, possa servir de referência para intervenções em edifícios que apresentem condições idênticas, criou o pretexto ideal para avançar com o trabalho.

## **OBJETIVOS**

O principal objetivo deste trabalho é o de desenvolver um projeto de reabilitação para o conjunto edificado da Herdade do Castelão. Originalmente de cariz habitacional foi deixada ao esquecimento, pelo que se propõe a sua reabilitação segundo um programa que revitalize tanto o funcionamento da propriedade como o seu valor arquitetónico.

É ainda, desígnio desta dissertação desenvolver uma conceptualização que classifique o objeto de estudo, isto é, segundo as suas características. Isto porque à partida não é possível identificar a sua origem arquitetónica. Por outras palavras, não é possível associar o conjunto edificado, arquitetónica ou construtivamente, a outras vertentes arquitetónicas populares ou eruditas. Assim sendo, pretende-se entender o seu surgimento enquanto forma construída.

Em suma, é intenção deste trabalho, através da realização de uma proposta de reabilitação, tendo em conta os princípios implícitos à intervenção em edifícios existentes, particularizá-la a casos idênticos à Herdade do Castelão. Neste sentido procurar-se-ão soluções práticas em resposta à problemática em edifícios existentes.

## **METODOLOGIA E ESTRUTURA**

Considera-se que, para a realização de um projeto de arquitetura, é fundamental compreender o lugar para o qual se irá realizar uma proposta de intervenção. Torna-se necessário entender as características do território na sua geografia e história, além de capacitar o estudo de um movimento sobre as

várias escalas. Como tal, o reconhecimento do lugar é feito da grande à pequena escala, isto é, observar desde a sua localização no território nacional até às escolhas materiais e de desenho.

O que distingue o projeto de arquitetura de raiz do projeto de reabilitação é a existência de uma condicionante fundamental – um edifício sobre o qual intervir – o que obriga à compreensão das suas características e premissas. Tratando-se de uma intervenção que visa a melhoria das condições arquitetónicas de um conjunto edificado é imprescindível analisá-lo ao nível construtivo, formal e organizativo, assim como o seu posicionamento e enquadramento, as condicionantes impostas aquando da sua construção, os seus intervenientes, e muitos outros aspetos que justificam e classificam a sua construção. Este entendimento permitirá definir a identidade do conjunto edificado e realizar uma proposta de intervenção, concebida a partir da perceção que se cria do existente, que dará base para definir o novo programa.

Como tal, de forma a facilitar o desenvolvimento do trabalho, optou-se pela sua estruturação segundo esta linha de pensamento, dividindo-a em quatro partes: três capítulos de análise, repartidos pelas várias escalas – Território, Circunstância e Objeto - e um quarto capítulo focado no desenvolvimento da proposta para o projeto de reabilitação - Intervenção.

No primeiro capítulo – Território – procede-se ao reconhecimento do lugar, que vai da escala mais abrangente, através da análise da região, até à escala urbana, analisando os seus aspetos geográficos, históricos e sociais, de modo a enquadrar a propriedade no território português.

No segundo capítulo – Circunstância – pretende-se enquadrar cronológica, urbanística e arquitetonicamente a propriedade e o conjunto edificado. O reconhecimento do terreno inicia-se com o enquadramento da propriedade na região, analisando-a à escala urbana – focando-se no seu funcionamento e organização. O estudo da propriedade finaliza-se com o enquadramento do conjunto edificado.

No terceiro capítulo – Objeto – leva-se a cabo a descrição e análise dos constituintes do conjunto edificado a nível construtivo, formal e organizativo. Este procedimento pretende determinar o posicionamento do objeto de estudo em relação à propriedade e o seu estado de conservação e consequentes condicionantes de intervenção. Tendo em conta esta análise, concebe-se uma classifi-

cação para descrever a origem do objeto de estudo.

Por fim, o quarto capítulo – Intervenção – inicia-se com a apresentação do cliente e do programa. Na conjugação do programa apresentado e das circunstância e condições do objeto de estudo, anteriormente apresentadas, será desenvolvido um método que guia a proposta de intervenção.

Importa referir que em termos metodológicos, a presente dissertação desenvolve-se segundo as vertentes teórica e prática. Tratando-se de um exercício realizado em contexto académico, pretende extrair a total potencialidade do mesmo. Como tal, optou-se que a proposta de intervenção seria, sobretudo, fundamentada por uma componente de reflexão teórica. Em simultâneo, tratando-se de um objeto que visa uma intervenção concreta, com cliente e programa reais, terá inevitavelmente uma componente prática associada ao seu desenvolvimento. Ainda assim, pretende-se a elaboração de um método de intervenção sustentado em conceitos teóricos e não apenas em referências práticas.

A vertente teórica é utilizada com dois propósitos distintos: investigar e refletir. O primeiro, com o propósito de investigação da circunstância sobre a qual intervir e, o segundo, com uma vontade de reflexão, que servirá para a elaboração do método de intervenção sobre o qual a proposta se irá desenvolver.

A vertente prática está presente no levantamento do terreno - fotográfico e métrico - e na conceção da proposta. O levantamento serve para introduzir a componente real, apesar de não pretender uma aproximação tão rigorosa como na realidade prática do exercício da arquitetura em atelier, libertando-se de condicionantes práticas, como por exemplo os regulamentos implícitos à reconstrução de edifícios na região. Pretende-se que estas duas vertentes – teórica e prática – sejam intercaladas ao longo do trabalho num diálogo constante. A vertente prática servirá como fonte de conteúdos sobre os quais se investiga e reflete, enquanto a vertente teórica apresentará e formulará informação a partir da qual a prática se desenvolve.

O presente capítulo, faz a análise do território alentejano, numa perspetiva de enquadrar o objeto de estudo no território português.

clima e relevo – analisa as condições geográficas e climatéricas da região alentejana e mais especificamente de Santa Eulália

contexto histórico e social – trata de compreender a evolução na ocupação do território alentejano

formas de povoamento – refere-se ao ordenamento do território alentejano

Território



1. Território Alentejano\_‘Anfiteatro’

*“Pertence (...) a um gigantesco anfiteatro de face voltada para o Atlântico, até onde desce em largos plainos, num jogo subtil, de vastas e suaves ondulações que lhe dá horizontes recuados. Não lhe falta, aqui e ali a cortina brusca, mas sempre modesta de alguma serra que acrescenta a sua beleza própria a nota de imprevisto e a sensação da planura, instrumento de contraste.” (...) “A essas árvores e ao choupal de fresco de alguma rara ribeira que não secou, a essas verticais insólitas, opõe-se o aterrado do sobreiro e da azinheira, esta mais culpada de um verde negro, e aquele de grandes membros descarnados em feridas vermelhas seguros pelo seu lugar e pagando generosamente com a engorda do gado ou com a oferta da sua casa preciosa.*

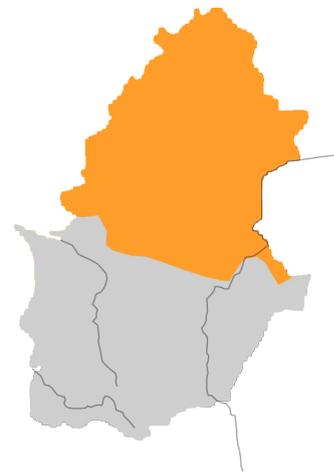
*São esses «montados» tão queridos do homem, como os velhos olivais, que o mouro enxertou na zambujeira espontânea e o ensinou a regar. E nas sombras raras dessas florestas antigas, só dosas do cervo e do porco-espinho. Abranda o viajante o passo e medita.”<sup>1</sup>*

---

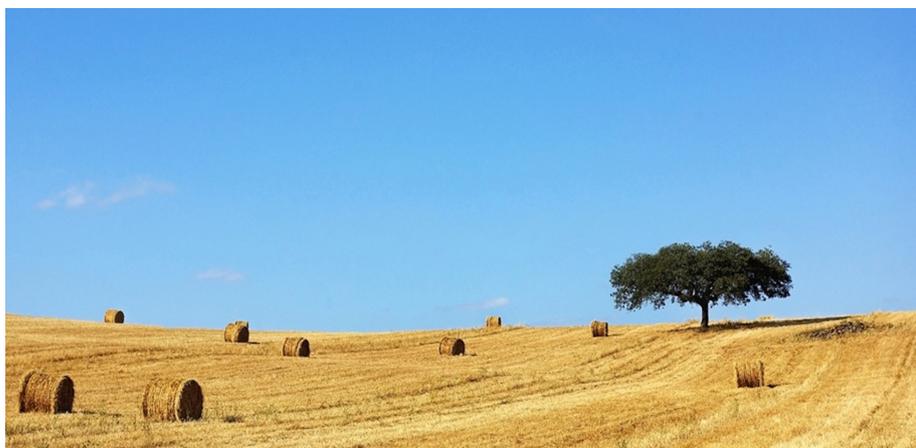
<sup>1</sup> AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p. 137



2. Alentejo



3. Alto Alentejo



4. Paisagem\_Planícies e Elevações

## **clima e relevo**

A região do Alentejo representa cerca de um terço do total do território português, ainda assim é a que representa menor densidade populacional. Tal fenómeno resulta de múltiplos fatores, mas sobretudo deve-se às características do território e ao seu ordenamento. Por constituir uma área tão grande do território português, apresenta características territoriais distintas de um extremo para o outro, e, por isso, como de resto em outras regiões do país, foi-lhe atribuída uma divisão que resultou no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo.

As características de qualquer território, são determinadas pelo seu clima e relevo. O clima do território alentejano, dado ao seu posicionamento, é designado de clima continental-mediterrâneo, proveniente da maior exposição a duas das três grandes influências climatéricas a que o território continental português está exposto – influência continental interior e influência do mar mediterrâneo. Já a terceira influência climatérica, o Oceano Atlântico, é determinante para as condições climatéricas da generalidade do território português, com menor preponderância na zona em análise.

A região é também altamente influenciada no seu clima, pela escassez de cursos de água e de vegetação arbórea. A nível hidrográfico, a região é irrigada por três dos principais rios portugueses. O rio Sado e o rio Mira, ambos no litoral da região, que correm para Norte, e o de maior volume, o Guadiana, mais interior, que corre para Sul, e constitui em parte do seu percurso a fronteira entre Portugal e Espanha. O restante território da região é apenas irrigado por algumas ribeiras, geralmente provenientes de albufeiras artificiais, o que o torna mais seco e, por conseguinte, dificulta o crescimento diversificado de espécie arbóreas, restringindo-as principalmente à azinheira, ao sobreiro e à oliveira. Porém, em algumas zonas pontuais do seu território, existem outras espécies não muito abundantes, como o castanheiro, o carvalho e o eucalipto a norte, e o pinheiro no litoral. São duas zonas onde as condições climáticas e territoriais apresentam algumas variações.

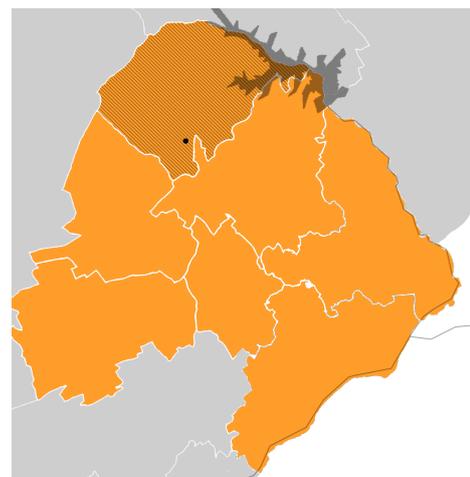
O seu relevo traduz-se numa paisagem principalmente composta por extensas planícies e pontuais elevações, às quais habitualmente se dão o nome de montados ou ‘montes’.



5. Montado



6. Portalegre



7. Elvas\_Santa Eulália\_Albufeira do Caia  
\_Herdade do Castelão

Contém ainda, excecionalmente zonas de maior elevação, a norte da região, a serra de S. Mamede, a mais significativa e ainda a sul, as serras de Grândola e da Ossa, menos significativas. Trata-se, portanto, de uma região com pouco relevo orográfico. O solo é sobretudo de constituição paleozoica e granítica, com exceção de algumas zonas onde aparecem o calcário, os mármore e os xistos.

Devido a todas estas condicionantes climáticas e territoriais, a região apresenta, resumidamente, um clima “(...) *seco, muito quente no verão e muito frio no inverno, de amplitudes térmicas bastante elevadas (e quanto mais para o interior mais elevadas são). A chuva só muito raramente é abundante*”<sup>2</sup>.

Com o objetivo de reconhecer em profundidade o território que envolve a propriedade, tendo em vista uma intervenção mais consciencializada da sua evolução, a análise do território requer, nesta fase, a evolução para uma escala mais aproximada. Atendendo ao descrito anteriormente, no que diz respeito a possíveis variações do clima e relevo da região, interessa compreender se a zona onde se insere a propriedade, sofre grandes alterações perante a restante região.

## **SANTA EULÁLIA**

Santa Eulália é uma das sete freguesias de Elvas (fig.7) que, por sua vez, é um dos quinze concelhos do distrito de Portalegre (fig.6). É a freguesia mais a norte do concelho de Elvas que é, por sua vez, o concelho mais a sul e interior do distrito. Isto significa em termos orográficos, pela sua posição a norte, uma zona de transição entre as grandes planícies a sul e a zona mais demarcada da serra de S. Mamede. Ainda assim, não suficientemente próxima da serra para se notar uma grande mudança no território. A propósito das condições orográficas, a constituição do solo é também um dos aspetos que difere para outras zonas da região, sendo rico em barro e argila, matéria prima muito utilizada nas construções tradicionais.

---

<sup>2</sup> BAGANHA, José (2016). “A arquitetura popular dos povoados do Alentejo”, Lisboa, Edições 70, p.71



8. Albufeira do Caia\_Vista Aérea

No que diz respeito às suas condições climáticas, pela sua posição interior, é por natureza seco, raramente com chuva, mas abundante e por isso com vegetação pouco densa. Como na generalidade do território alentejano, os fatores naturais com maior influência na paisagem e na sua imagem são, o clima, o tipo de solo e o relevo. Contudo, existem ainda alguns fatores humanos que influenciaram muito a paisagem da região.

A ação do homem traduziu-se principalmente na apropriação do território, com destaque no caso para a introdução de um fator de grande importância no território que envolve Santa Eulália, a construção das barragens. Estas construções trouxeram à região um acréscimo à percentagem de humidade no ar e uma maior rede hidrográfica e, conseqüentemente, vegetação mais densa. Neste caso, é de assinalar um dos afluentes do rio Guadiana, o rio Caia, que contém no seu percurso a albufeira do Caia (fig.8). Em relativa proximidade com a Herdade do Castelão, gerou bastantes alterações na paisagem e no modo de vida desta zona da região.

## contexto social e histórico

Evidentemente, como em qualquer lugar, as condicionantes naturais ditam, em parte, a evolução de cada sociedade no território que pretendem ocupar. A região alentejana não é exceção, sendo um exemplo de onde isso se refletiu com bastante clareza e singularidade no ordenamento do seu território, e com efeitos evidentes no seu urbanismo e arquitetura.

É do Paleolítico que data a primeira ocupação do Alto Alentejo, contudo é no Neolítico que surgem as primeiras formas construídas que demonstram a primeira fixação humana nesse território. Criou-se pela primeira vez, uma sociedade organizada, “(...) *os homens trabalhavam em grupos, obedecendo a chefes. Os mortos recebiam sepultura adequada – as antas ou dólmenes: o Alentejo está no centro sul da civilização megalítica ocidental*”<sup>3</sup>. A este período, sucederam-se as ocupações celtas, romanas, visigóticas e, por fim, árabes.

O povo celta, possuidor de uma civilização agrária, pertenceu à formação da cultura alentejana que, em parte, se manteve até aos dias de hoje. Inaugurou a construção de castros sobre os montes, criando as primeiras formas muradas e defensivas.

O povo romano foi, sem dúvida, o que maior impacto teve com a sua ocupação do território. Citando Maria do Céu Dentinho, no seu livro *Elvas monografia*, a propósito disso, “(...) *a romanização trouxe a todo o território alentejano uma profunda transformação da paisagem e modo de viver. Aos castros sucederam as villas rústicas (quintas), que muitas vezes foram o germe de povoações maiores*”<sup>4</sup>.

De acordo com a mesma autora, foi nesta altura, pelas necessidades de tributação e pelos riscos que corriam as unidades agrárias, que se deram as divisões jurídicas romanas, que posteriormente viriam a ser base de dióceses, e que com elas foi traçada uma incrível rede de vias.

---

<sup>3</sup> DENTINHO, Maria do Céu Ponte (1989). “Elvas”, Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, Lda, p.54.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p.55

Quanto aos visigodos, habituados sobretudo a viver no campo e a desempenharem atividades agrícolas, na altura já com os moldes civilizacionais romanos adotados, não trouxeram nenhuma alteração ao modo de viver alentejano.

Já as invasões árabes trouxeram transformações no modo de vida, mais concretamente, na apropriação das cidades romanas e também na construção de novas urbes, pois *“a cidade corresponde a um dos ideais de vida daqueles homens”*<sup>5</sup>. Uma realidade que ajudou muito ao enraizamento da cultura árabe, foi o seu período de ocupação deste território, que durou mais de quinhentos anos e, inevitavelmente, deixou marca nas estruturas urbanas da região. Durante este período, construíram cidades que ainda hoje se reconhecem em plantas e arquiteturas de cidades contemporâneas, como é o caso de Elvas, que subsistiram sobretudo pelo seu carácter defensivo, expresso na construção de muralhas que rodeavam o aglomerado das casas e edifícios desenvolvidos *“(...) de maneira ocasional, cerrada e caótica (...)”*<sup>6</sup>.

É durante todo este período anterior que se lançam as bases de um sistema de distribuição do território que permanece até aos dias de hoje, claramente traduzido nas formas de povoamentos existentes. Porém, é a partir da reconquista portuguesa, em 1226, com o traçar de novas estradas e a realização de novas construções nas principais cidades, assim como um período de maior construção de herdades sobre os montes, substituindo as antigas villas rústicas, que se dá um grande salto no desenvolvimento da região.

Desde este período até à poucas décadas, o funcionamento da região, regeu-se maioritariamente na exploração das atividades agropecuárias, servindo-se dos terrenos envolventes, tanto das cidades como das herdades, recorrendo sobretudo à mão de obra. Contudo, a seguinte sucessão de acontecimentos, desde os finais do século XIX, com a industrialização, passando ainda por uma fase de instabilidade política no país, até ao final do século XX, com a rotura da realidade agrária, o modo de vida alentejano, assim como as suas formas arquitetónicas sofreram bastantes alterações.

---

<sup>5</sup> DENTINHO, Maria do Céu Ponte (1989). “Elvas”, Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, Lda, p.40

<sup>6</sup> *Ibidem*, p.40



9. Elvas urbana



10. Povoado\_Santa Eulália



11. Monte Alentejano\_Elvas

## formas de povoamento

As circunstâncias do território em conjunto com a evolução histórica e social, definiram urbanisticamente a região segundo dois tipos de povoamento, o urbano e o rural. O tipo de povoamento urbano, está associado às capitais de distrito pertencentes à região, como Portalegre, Évora e Beja, com exceção para algumas capitais de concelho, como Elvas, à qual curiosamente, pertence a propriedade.

Os tipos de povoamento urbano, estão posicionados nos pontos mais altos da região, por necessidades defensivas exigidas pelo período em que foram formados. *“Com origens diversificadas – nos antigos castros, nos assentamentos romanos ou partir dos montes das herdades – quase sempre com a posterior ocupação árabe, com cercas bem definidas que as guerras da reconquista cristã destruíram para depois, em alguns casos, as reerguerem(...)”*<sup>7</sup>. Apontados como formas de povoamento aglomerado, os tipos de povoamento urbano desenvolveram-se *“(...) numa recuperação do espaço coletivo construído com características originais e se adaptam ao relevo onde estão implantados. E é também assim que vão crescendo, a partir das vias existentes, que se prolongam com a conseqüente formação de malha urbana nos espaços assim definidos, ou em núcleos novos, assumindo dimensões maiores ou menores consoante a sua posição estratégica nas principais vias de comunicação.”*<sup>8</sup>.

O tipo de povoamento rural divide-se, por sua vez, em formas de povoamento aglomerado e disseminado. As formas de povoamento aglomerado correspondem às vilas e aldeias, com as edificações agrupadas, formando um povoamento urbano a uma escala reduzida. Por sua vez, as formas de povoamento disseminado, constituídas pelos ‘montes alentejanos’, posicionam-se habitualmente de forma estratégica nos relevos que ditam o fim das planícies, funcionando como um tipo de habitação rural isolada.

Por vezes, algumas herdades de dimensão superior são compostas por várias formas de povoamento disseminado, onde uma rege as restantes. Neste caso, essas herdades constituem uma realidade mais complexa do monte alentejano, pois a partir das mesmas surgiram algumas das aldeias da região, e por vezes o contrário também se observa, com o sucessivo despovoamento de algumas aldeias.

<sup>7</sup> BAGANHA, José (2016). “A arquitetura popular dos povoados do Alentejo”, Lisboa, Edições 70, p.83

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.83

O presente capítulo refere-se à compreensão da relação que o objeto de estudo estabelece com contexto onde se insere, de modo a situá-lo no tempo e lugar.

aproximação – apresenta a Herdade do Castelão e sua área envolvente

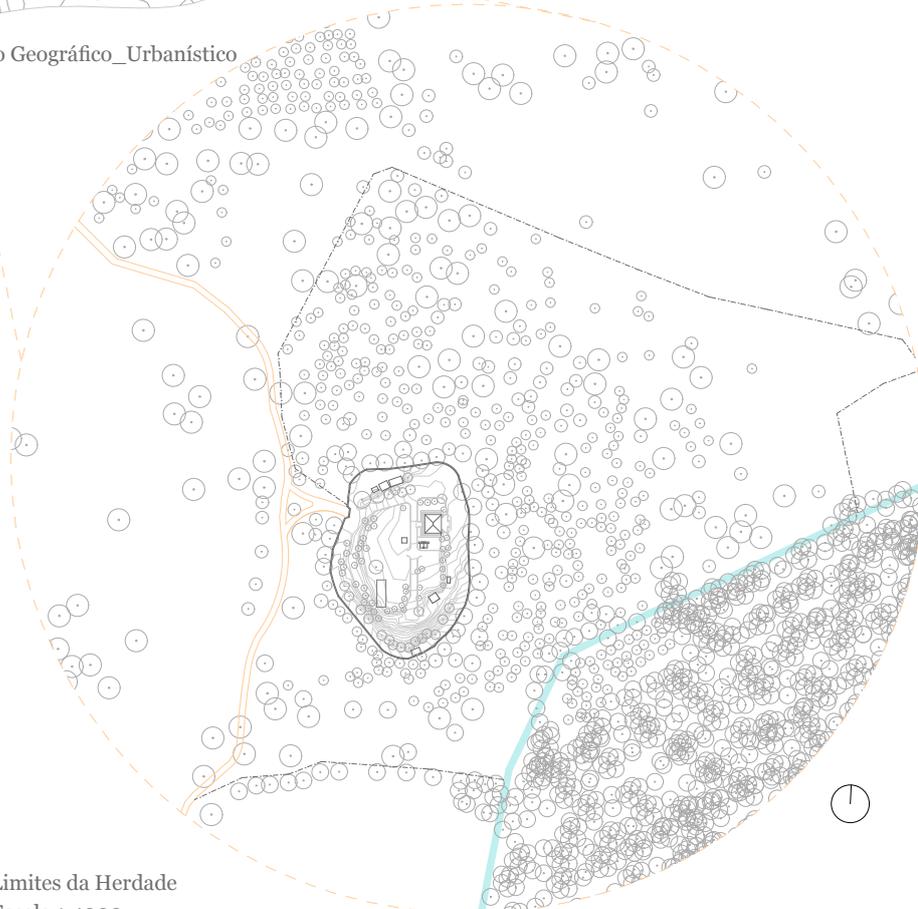
‘monte alentejano’ – analisa o tipo de povoamento onde se enquadra a a propriedade, assim como a arquitetura a si associada

conjuntura – aborda a transformações entre os períodos anterior, coincidente e posterior à construção da Herdade do Castelão

Circunstância



**12.** Mapa\_Posicionamento Geográfico\_Urbanístico



**13.** Limites da Herdade  
Escala 1.4000

## **aproximação**

A Herdade do Castelão localiza-se a cerca de 4km do núcleo da freguesia de Santa Eulalia, a 14km da sede do município de Elvas e a 30km da capital de distrito - Portalegre. O percurso até à entrada a Herdade do Castelão é feito por um caminho de terra batida que dista cerca de 1,5km da estrada de alcatrão. Neste percurso a paisagem revela ser constituída por planícies e elevações, e por vegetação dispersa, adensando-se na envolvente imediata à propriedade.

A Herdade é delimitada conjuntamente por uma vedação em rede de arame e por uma das ribeiras provenientes da barragem do Caia, a Ribeira do Torrão – compreendendo uma área total de aproximadamente dez hectares.

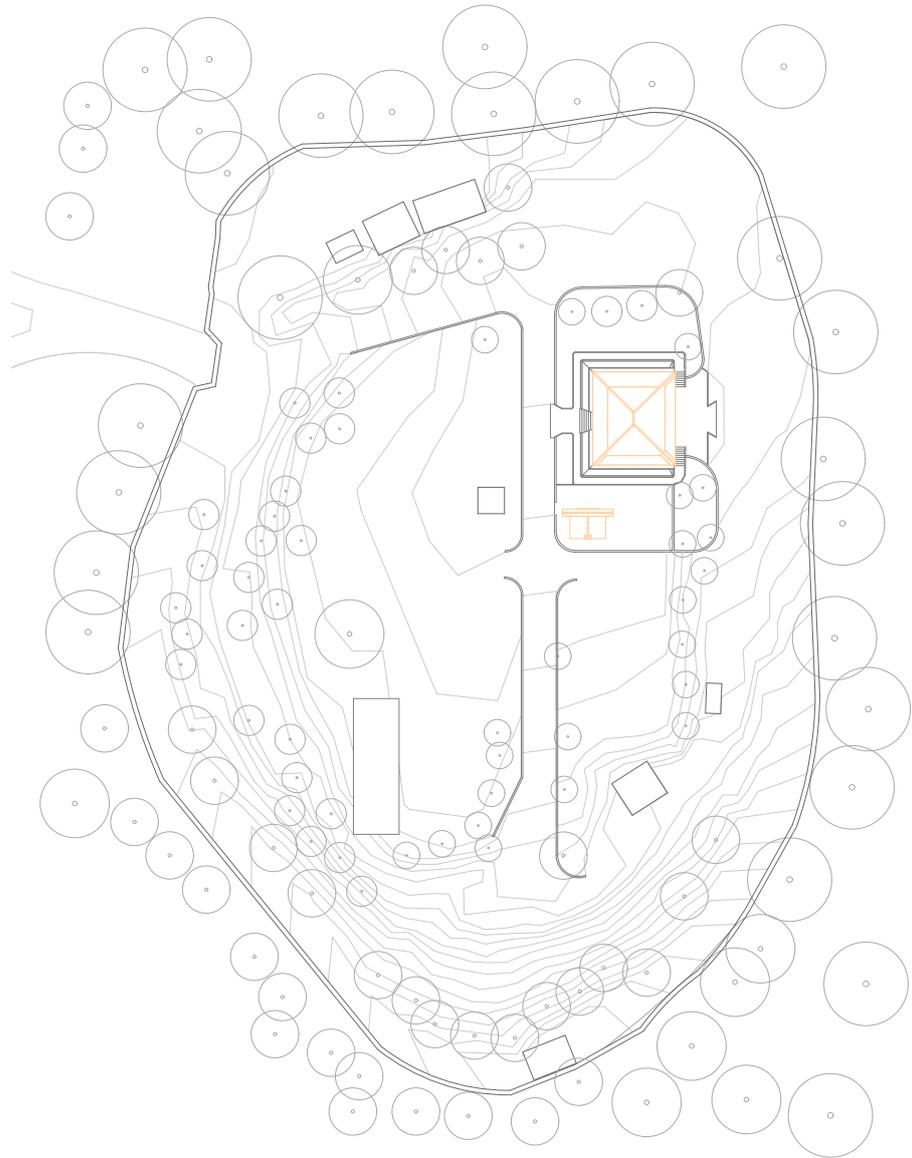
A entrada na Herdade é feita num primeiro momento através de um portão que surge na continuidade de uma vedação que delimita em conjunto com uma das ribeiras provenientes da barragem do Caia – a ribeira do Torrão - a área total da propriedade com aproximadamente dez hectares (fig.13).

Dentro dos seus limites, uma segunda vedação totalmente muralhada, abraça o monte onde se implanta, em forma de anel. Ocupando cerca de um décimo da área da propriedade, compreende no seu interior a totalidade das construções e práticas aí exercidas.

Intramuros (fig. 14), as construções dividem-se entre edifícios de carácter habitacional e agrícola. À cota mais alta do terreno está implantada uma habitação de apoio às funções agrícolas e um edifício complementar à mesma - uma cozinha exterior - que constituem o objeto de estudo sobre o qual se irá intervir. Junto aos limites do terreno, estão ainda implantadas outras edificações; a Norte, para armazenamento das máquinas agrícolas; e, a Sul, para a criação animal. Acrescentam-se ainda outras, menos significativas, dispersas pelo terreno.

A casa surgiu com o intuito de servir como habitação de apoio à exploração agrícola particular. Os anexos foram sendo construídos ao longo do tempo respondendo, conseqüentemente às várias funções que viriam a desempenhar-se na propriedade, relacionadas com as práticas da agricultura, criação animal, caça e lazer. O funcionamento da propriedade manteve-se ativo desde

APROXIMAÇÃO



14. Planta\_Implantação  
Escala 1.1200



a sua construção até à pouco tempo, altura em que a propriedade deixou de ser frequentada pelos seus proprietários.

Ao consultar os proprietários foi possível verificar que os edifícios da propriedade foram construídos durante o período entre o final no século XX e a primeira década do século XXI. Os edifícios foram totalmente idealizados e erguidos pelo seu proprietário à data, auxiliado por mestres de obra e pedreiros.

A Herdade do Castelão, está geograficamente posicionada sobre uma elevação dispersa no território, ou seja, implantada num ‘monte’ que, como compreendido anteriormente, representa um papel crucial no ordenamento do território alentejano. A propriedade constitui, por isso, um tipo de habitação rural isolada, que neste caso também é considerada uma forma de povoamento disseminado.

Entre todas as formas arquitetónicas que no passado ocupavam os montes, quando se olha ao seu funcionamento e uso, identificam-se algumas semelhanças entre a Herdade e os tradicionais ‘montes alentejanos’. Pode avançar-se de que se trata de um expressão contemporânea de um tradicional ‘monte alentejano’. Como tal, numa perspetiva de compreender a origem do edificado e respetiva implantação da Herdade, torna-se pertinente uma breve análise desses exemplos de habitação rural isolada do passado.

*“De fundo que se recortam os aglomerados alvicentes, fechados, concentrados, virados sobre si mesmos, donde, ao nascer do sol, legiões de homens e mulheres, quando o tempo está de feição, se dirigem para os campos onde, de longe em longe se recortam os «montes» cabeças das herdades como as velhas «villas» romanas, marcos dos grandes latifúndios”<sup>9</sup>.*

---

<sup>9</sup>AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p. 137

## ‘monte alentejano’

Os tradicionais montes alentejanos eram mais do que unidades habitacionais dispersas e isoladas no território. Eram na maioria dos casos, núcleos de herdades alentejanas que regulavam as atividades agrícolas da região. Segundo José Baganha, “(...) a maioria das herdades alentejanas são restos de latifúndios que se constituíram durante a Reconquista em enormes áreas desertas. Antes do povoamento, fixaram-se os limites da propriedade, imobilizando-a nas mãos de grandes senhores – ordens religiosas e militares, fidalgos, magnates –, detentores do solo e dos gados”<sup>10</sup>.

A evolução das atividades agrícolas desempenhadas nos montes, sobretudo a partir do período da industrialização, levou à construção de edifícios com programáticas diferentes, como a habitação, o armazenamento de produtos, ou abrigo para as máquinas e ainda para abrigo do gado. O número de construções, variou consoante a dimensão de cada herdade, resultando em vários tipos de implantação dos edifícios. Até lá, a implantação dos montes consistia habitualmente na “(...) execução de duas bandas edificadas, paralelas entre si, definindo uma rua que é também o terreiro(...)”<sup>11</sup>.

O que justifica, em alguns casos, que as “(...) pequenas aldeias possuam um desenho similar e, assim, assemelham-se a um grande «monte» e vice-versa”<sup>12</sup> – embora sejam casos excecionais e, portanto, na sua generalidade traduzem-se em casos isolados, dispersos pelo território.

A partir do período em que se começam a manifestar os efeitos das transformações sociais e tecnológicas, com grande impacto no meio rural, começaram a ser atribuídos novos usos aos montes, que naturalmente lhes trouxeram alterações. Foi, notadamente, uma época com grande impacto na implantação dos montes e de descaracterização arquitetónica de muitas edificações aí construídas.

<sup>10</sup> BAGANHA, José (2016). “A arquitetura popular dos povoados do Alentejo”, Lisboa, Edições 70, p.76. Citação 40

<sup>11</sup> *Ibidem*, p.77

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.77

‘MONTE ALENTEJANO’



15. Rua\_Monte Alentejano



16. Terreiro\_Monte Alentejano



17. Paisagem\_Monte Alentejano

Um dos fatores que mais contribuiu para isso foi o facto do ‘monte alentejano’ se tratar de uma unidade isolada e dispersa pelo território. Nos povoados, por se tratarem de formas urbanas, o efeito não foi tão evidente, pois estarem sujeitos a regulamentos urbanos, que exigiam coerência arquitetónica e urbana. Pelo contrário, quando existiam, o efeito era evidente por se rodearem de edifícios em conformidade com os princípios construtivos das edificações populares. Tratando-se o monte de uma unidade isolada esteve, durante algum tempo, mais suscetível a falta de regulamento, e com isso sofrer mais com essas transformações, ainda que, nestes casos, o efeito não seja tão evidente.

Através da análise feita à Herdade do Castelão, consegue-se identificar algumas semelhanças com um tradicional monte alentejano, principalmente no que diz respeito à utilidade dada aos edifícios, assim como no posicionamento dos edifícios em relação com a restante área da propriedade. Contudo, parece evidente que a implantação, organização e disposição dos edifícios, não vai de encontro ao habitualmente visto nos tradicionais montes alentejanos. De modo que se consigam classificar os edifícios presentes na Herdade do Castelão importa ainda, analisar arquitetonicamente os ‘montes alentejanos’, numa perspetiva de posteriormente no trabalho a comparar com a arquitetura presente na propriedade.

## ARQUITETURA DO MONTE

Até à Reconquista, os exemplares arquitetónicos dignos de análise no território alentejano pertenciam à arquitetura dita erudita, concebida pelos povos que por aí passaram, sendo sobretudo de carácter urbano. A partir desse momento da história, dando-se o povoamento do restante território de carácter rural, afirma-se uma outra vertente arquitetónica – a arquitetura dita popular ou vernacular, que constituiu a maioria das construções alentejanas em contexto rural.

A arquitetura popular descreve-se pelo “(...) *claro funcionamento dos edifícios rurais e a sua estreita correlação com os fatores geográficos, o clima, como as condições económicas e sociais, expressos simplesmente, diretamente, sem interposições nem preocupações estilísticas a perturbar a consciência clara e direta dessas relações ou a sua forte intuição (...)*”<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p.XXIII

É na arquitetura popular onde melhor se materializa ou expressa a identidade de um lugar. É nela que se empregam as características do território, onde se reflete a sociedade que o habita e que retrata a história do lugar. Resumidamente, a arquitetura popular é a que melhor exprime a relação de comunhão entre o homem e o lugar. Durante quase toda a história da humanidade, à exceção de quando as vertentes arquitetónicas eruditas se estabeleciam com maior evidência, eram estes os aspetos que determinaram os princípios construtivos e arquitetónicos de um determinado lugar.

O clima é um dos fatores fundamentais na definição das suas formas construídas. No Alentejo a casa, “(...) *em resposta ao ambiente, pouco se ergue, antes se acomoda; baixa, a horizontalidade lhe dá o carácter; branca de cal, por vezes é tarjada de cores vivas. Chaminé monumental para comidas e invernias. O poial de pedra à entrada da porta é um convite*”<sup>14</sup>.

Apesar de muito própria, a arquitetura popular alentejana não foi imune à influência de outras correntes arquitetónicas deixadas por cada civilização que por aí passou, com destaque para a romana e árabe. Dos romanos herdou-se a telha de canudo, utilizada nas coberturas; o ladrilho, um dos pavimentos típicos da região; e ainda o barro, sendo um dos principais materiais utilizados na execução de abóbadas em tijolo maciço. Dos árabes, que vieram sobrepor muitos dos vestígios das civilizações anteriores, ficou a utilização da taipa e do adobe, muito comuns nas construções do Alentejo. A construção de muralhas, tanto no meio urbano como no meio rural, foi também uma das características arquitetónicas deixadas pelo povo muçulmano. Da cultura árabe ficou ainda um dos elementos mais marcantes da arquitetura popular alentejana, a chaminé.

Apesar de demonstrarem uma organização única e ligeiramente diferente dos povoados ou vilas alentejanas, os ‘montes alentejanos’ eram construídos utilizando as mesmas técnicas e métodos construtivos, empregando os mesmos materiais construtivos e, portanto, ambos manifestam as características essenciais da arquitetura popular alentejana.

---

<sup>14</sup> DENTINHO, Maria do Céu Ponte (1989). “Elvas”, Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, Lda, p.24

A diferença na construção destas duas formas de povoamento estava na forma e função dadas às edificações, em função das suas características e funcionamento enquanto formas de povoamento distintas. Estas diferenças deram origem a arquétipos que diferenciam, por exemplo, a casa do povoado e a casa do monte, na sua disposição e organização.

Por constituir um número inferior de edificações em comparação com os povoados e vilas alentejanas, o monte alentejano pode ser considerado como uma síntese da expressão da arquitetura popular alentejana, por nele se reunirem edifícios em resposta à maioria dos programas existentes na região.

Para ter uma ideia da organização do espaço da casa do monte, Maria do Céu Dentinho, considera-a um “(...) «*modelo de hospitalidade e asseio*». *A vasta cozinha era o centro da vida familiar e servia também de sala de refeições e de visita. No centro uma mesa, junto às paredes o altibanco, a arca de castanho, a estanteira onde se exibem os pratos bonitos, «o pial» com os cântaros, cobertos por uma toalha alvíssima. A um canto, a enorme chaminé nasce diretamente do solo, rodeada pelas cadeiras de buinho e os característicos objetos de ferro. Aí se cozinham as refeições, se assam as peças de carne, se seca o fumeiro, se «fazem os serões». Esses eram sempre animados. À volta da lareira, sentados nas tripeças, nos burros ou nos mochos reuniam-se, além da família do lavrador e dos criados da casa, o caseiro, os ganhões, o abegão .... Contavam-se histórias, resolviam-se questões da lavra ou da sementeira, distribuía-se tarefas para o dia seguinte e, por vezes, cantava-se”<sup>15</sup>.*

*“Os ganhões passavam sempre o domingo na vila, com a mulher os filhos e durante a semana dormiam no monte, no palheiro, constituindo uns com os outros uma segunda família .... Havia a chamada cozinha dos ganhões, onde eram cozinhadas, em panela comum, as suas refeições da manhã e da noite”<sup>16</sup>.*

---

<sup>15</sup> DENTINHO, Maria do Céu Ponte (1989). “Elvas”, Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, Lda, p.23

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.23

## conjuntura

Em vários momentos da história de um qualquer lugar as formas arquitetónicas sofreram alterações – motivadas por mudanças sociais, políticas, históricas e culturais. A maioria das quais provocavam a substituição ou adaptação de vertentes arquitetónicas eruditas. Contudo, a vertente arquitetónica popular ou regional foi, pelo contrário, mais relutante a mudanças. Mesmo com o passar do tempo, o que mais ameaçava a pureza da arquitetura popular era o exagero no emprego do conhecimento erudito. Ainda assim, um período mais progressivo estaria para vir, amplificando-se até aos dias de hoje, e ao qual a arquitetura popular tem tido mais dificuldades em resistir.

No passado, o espaço a que o homem comum estava sujeito era restrito pelo que não contactava constantemente com outras realidades, como podemos verificar, por exemplo, nos dias de hoje. Álvaro Domingues descreve-o como a “(...) *antiga associação entre comunidade e lugar, onde a geografia das relações sociais tinha como limite pertinente os próprios limites e a própria geografia do lugar: a estabilidade de um era a garantia da estabilidade do outro (...)*”<sup>17</sup>.

Estando o homem, limitado às relações que estabelecia com os núcleos exteriores a essa comunidade, o que resultava numa ligação estreita entre homem com o meio. A utilidade conferida ao construído era específica em cada região, conforme a função para o qual era criado, resultando em diferentes organizações do espaço e forma das edificações. O emprego das técnicas construtivas evoluiu naturalmente ao longo dos anos, baseado no conhecimento local dos mestres de obra, que estavam limitados ao material disponível na região e às técnicas construtivas autóctones.

A maior ou menor flexibilidade da expressão das formas arquitetónicas estava, portanto, dependente do que era possível, em termos construtivos e do que era necessário, em termos funcionais. Além disso, pelas restrições a que estava sujeito geograficamente, o edificado popular, não sofreu muitas alterações na sua génese, pois a sua evolução sempre se guiou pelos seus princípios

---

<sup>17</sup> DOMINGUES, A. (2011), “A Vida no Campo”, *op. cit.*, Porto, Dafne Editora, p.248

fundadores, ancorados nas formas arquitetónicas populares concebidas até então, com técnicas construtivas, formas e funções específicas – resultando evidentemente em edificações equilibradas e em harmonia com o lugar.

Por oposição, a partir da época imediatamente anterior à construção da Herdade do Castelão, o homem e o lugar estão em claro desequilíbrio, muito pelo que se pode classificar como a universalização do lugar<sup>18</sup>. Deu-se a crescente renovação nos modos de vida, o êxodo rural, a emigração, o crescimento suburbano, o declínio dos centros, as novas acessibilidades, as dinâmicas demográficas contraditórias, o turismo e a pressão imobiliária. Estas circunstâncias levaram a um período onde a vontade “(...) *de mudança e de progresso, dominados por uma lógica individualista e desordenada, varreram a terra portuguesa, numa afã de apagar as marcas de um passado que era preciso sepultar para sempre*”<sup>19</sup>. De um modo geral, estas transformações trouxeram melhores condições de vida aos portugueses assim como maiores ambições futuras. Por outro lado, conduziram a uma “(...) *noção deturpada dos valores patrimoniais vigentes na época (...)*”<sup>20</sup> que “(...) *deram livre curso à descaracterização e à destruição de um espaço edificado longamente sedimentado no seio de sociedades estáticas e fechadas*”<sup>21</sup>.

Também como consequência dessas transformações, as “(...) *técnicas tradicionais de construção vêm-se alterando por inevitável força das circunstâncias; (...) Surgem materiais novos, a mão-de-obra rareia, é necessário construir mais rapidamente, os problemas económicos tornam-se mais agudos, a ciência faz novas descobertas e, como resultado destes e doutros fatores tão intimamente ligados entre si que não podem facilmente hierarquizar-se, as técnicas de construção evoluem com maior ou menor rapidez*”<sup>22</sup>. Assim, existindo a possibilidade de utilizar uma maior panóplia de materiais de construção, assistiu-se progressivamente ao substituição ou até adulteração das técnicas tradicionais de construção, presentes em meios mais restritos, por não justificarem em termos práticos e económicos o seu uso em detrimento de outras igualmente ou mais eficazes construtivamente e mais económicas.

<sup>18</sup> TÁVORA, Fernando (2006) “Da organização do espaço”, Porto, Faup Publicações, p.29.

<sup>19</sup> AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p.IX

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.IX

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.IX/X

<sup>22</sup> TÁVORA, Fernando (2006) “Da organização do espaço”, Porto, Faup Publicações, p.55

Segundo Álvaro Domingues, “(...) hoje, os lugares são nós de uma rede complexa de movimentos onde os visitantes e os grupos se fixam de modos instáveis.”<sup>23</sup>. O homem é nesta altura um habitante do mundo, mesmo que não saia do lugar e isso trouxe uma mudança considerável nas referências arquitetónicas em que se baseia para construir. Com a “(...) facilidade com que se movimentam pessoas e referências culturais, resta ao vernacular ser uma expressão local de um cruzamento instável de referências vindas de muitos mundos e mundos dividências. No limite, o local é apenas uma maneira como o global se exprime na geografia dos lugares, o modo como se situam. Será, então, uma marca de identidade construída algures entre a pulsão da pertença e do inter-reconhecimento, e o distanciamento, a alteridade, a diferença face ao outro.”<sup>24</sup>

Em particular, na região alentejana, e segundo José Baganha a “(...) passagem do tempo soube preservar, de forma bastante significativa, a autenticidade das suas expressões formais, construtivas e urbanas”<sup>25</sup> e “(...) esse atributo ou característica da paisagem alentejana encontra-se ainda muito enraizado nas suas gentes, nos seus costumes. Estes valores têm sobrevivido de forma significativa à massificação cultural que os novos tempos vão impondo, reagindo o alentejano com imaginação, com uma capacidade de adaptação extremamente criativa que não anula o(s) arquétipo(s), incorporando novas técnicas e dando resposta a necessidades igualmente novas e em permanente evolução.”<sup>26</sup> Ou seja, os seus habitantes, souberam ao longo do tempo, preservar a tradição, as ideias que têm da formação e construção das edificações, tornando o Alentejo num exemplo que tende a manter o seu património cultural, paisagístico e construído.

Ainda assim, como compreendido anteriormente nem sempre se conseguiu manter o equilíbrio nas construções populares, pois a evolução vertiginosa da sociedade e das práticas construtivas impediram que houvesse tempo para assimilar todas as mudanças que se deram. A incapacidade do homem em

<sup>23</sup>DOMINGUES, A. (2011), “A Vida no Campo”, *op. cit.*, Porto, Dafne Editora, p.248

<sup>24</sup> *Idem*, p.248/249

<sup>25</sup> BAGANHA, José (2016). “A arquitetura popular dos povoados do Alentejo”, Lisboa, Edições 70, p.76

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.76

selecionar entre tudo o que passou a ter ao seu dispor, assim como a necessidade que tem de economizar, resultou naturalmente em edifícios em claro desequilíbrio e desarmonia com o lugar.

O “(...) desenraizamento desses esteios de vida provinciana tem tido consideráveis repercussões na feição dos edifícios”<sup>27</sup>. Todas estas mudanças fizeram a “(...) ligação do homem com o meio perder-se cada vez mais, e como isso perder-se um pouco do nosso património comum – como se se perdesse uma língua, uma cultura, um testemunho essencial da história da Humanidade”<sup>28</sup>.

Construir no Alentejo já não significava ser construído em taipa ou adobe, com a tradicional chaminé e com a parede caiada, realidade que tendencialmente irá continuar nessa direção, pelas transformações que se verificam atualmente e pela que se avizinham. A mudança ou inovação é um fator cada vez mais presente, pela necessidade ou obrigação de uma construção ter de se fazer notar num mundo que possui cada vez mais agentes diferenciadores.

---

<sup>27</sup> AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p.XXI

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. VI

O presente capítulo refere-se à apresentação, análise e conceptualização do objeto de estudo.

Construído – apresenta o objeto de estudo, através de um levantamento fotográfico

Levantamento – descreve o objeto de estudo e dá conta das suas debilidades, incoerências e problemas construtivos, formais e organizativas

Materiais Compósitos – oferece uma possível conceptualização que define a origem do objeto de estudo

Objeto



**18.** Pórtico de entrada da Herdade do Castelão



**19.** Vista\_Cota baixa



**20.** Vista\_Caminho



**21.** Fachada Poente\_Casa

## construído

Já dentro dos limites da propriedade a entrada na Herdade do Castelão é marcada por um pórtico em betão, coroado com ameias em cimento e encerrado por um portão de ferro, de cor verde. A entrada interrompe a vedação, constituída por um muro em betão armado com grade metálica nele entrastrada, que abraça o monte onde se implanta.

Passado o pórtico de entrada o utilizador encontra-se à cota baixa do terreno. A cobertura do edifício emerge por detrás do monte e à medida que se vence o declive do terreno, vão surgindo paulatinamente as restantes partes do edifício. Onde a encosta se finda, duas palmeiras formam um segundo pórtico, que enquadra ao fundo, a Sul, um vale com vegetação abundante, expresso pela presença da ribeira do Torrão. Este oferece à Herdade do Castelão, um cenário totalmente diferente do que se vislumbra nas restantes direções, onde predominam as planícies e elevações.

Sucedem-se um caminho que leva o utilizador para uma posição central com o alçado principal da habitação. Caminho esse, ladeado por dois muros que na sua continuidade dividem, pela diferença de cota, duas parcelas. De um lado, uma plataforma de nível, onde assenta a habitação, adjacente a uma parcela de terreno com árvores de fruto e para cultivo. Do outro lado, em toda a extensão do caminho, constitui uma única parcela de terreno para cultivo que cumpre a pendente do terreno.

A disposição e organização da plataforma de nível divide-se essencialmente em três áreas: a área de implantação da casa, repartida pelas duas cotas com que se relaciona; a área pavimentada a sul, que funciona como terraço onde está construída uma cozinha exterior e instalada uma estrutura leve, definindo uma zona de refeições exterior; e a área não pavimentada, repartida entre canteiros e parcelas de terra mais generosas com plantações de árvores de fruto. Em redor da área de implantação do edifício, um passeio pavimentado em mosaico opera como elemento de distribuição entre estas três zonas.

A casa destaca-se um corpo edificado volumetricamente tripartido. Num primeiro momento, vislumbra-se uma base maciça, formada por um plano ligeiramente inclinado revestido com tijoleira, que eleva a laje de piso. Sobre esta assenta um sistema pré-fabricado em madeira, que compõe o piso superior da casa, e ao qual se acede através de uma escadaria que se destaca num volume saliente.

CONSTRUÍDO



22. Vista\_Recorte da Plataforma



23. Fachada Nascente\_Casa



24. Fachada Principal\_Cozinha Exterior



25. Conjunto Edificado

Ao observar o edifício na posição diametralmente oposta, ou seja, observando a fachada nascente do edifício, onde a cota do terreno é inferior, a percepção da volumetria do edifício altera-se. A base, anteriormente lida como pódio, revela ser parte de um volume semienterrado, que constitui o piso inferior. Um recorte na plataforma, descobre a fachada nascente do volume da base, rebocada e pintada de branco e azul, revelando a totalidade do pé direito. A transição entre os planos inclinados que conformam as restantes fachadas do volume da base e a fachada nascente é visível nas suas extremidades, expressos pela sua inclinação.

O volume da base apenas se abre a nascente, através de um vão significativo ao centro e de pequenas janelas nas extremidades da fachada. Também ao centro, revelado pela abertura do vão, um segundo plano recuado, configura um alpendre, que intermedia a relação entre o exterior e o interior da casa, através de janelas e portas que compõem a restante fachada. Além disso, as paredes laterais do alpendre também são providas de portas. Construída numa estrutura de betão armado, visivelmente perceptível pelo vão significativo que vence, a base lê-se como um objeto solto da volumetria do sistema pré-fabricado em madeira que sobre ela assenta. Percepção dada pelo recuo dos limites do pré-fabricado no piso superior, assim como pelos diferentes materiais que cada um apresenta.

O pré-fabricado forma um volume compacto totalmente rodeado por uma galeria, delimitada por guardas e pilares que, de forma mais ou menos intermitente, definem a sua volumetria, unindo a base à cobertura em telha cerâmica que o remata. A sua posição elevada em relação ao terreno juntamente com a presença da galeria, que funciona como filtro, permitem que os vãos criados se abram livremente em todas as direções, sem grandes constrangimentos. A cobertura, de quatro águas, apesar de estar formalmente unida com a base, através dos pilares e guardas, lê-se também como um volume solto, pela intermitência dos elementos que a ligam à base. A cobertura apresenta uma quebra, mais ou menos significativa, que de forma particular marca formalmente a galeria em todas as quatro águas do telhado.

Em contraste com a casa, o edifício da cozinha exterior, construído numa estrutura de betão, completa o conjunto de edificações pousadas sobre a plataforma. Com destaque para a fachada principal, bastante ornamentada, rebocada e pintada de azul e branco e com uma faixa generosa em tijoleira na base. Edificado com as mesmas técnicas e materiais construtivos utilizadas no volume da base da casa, no que parece ser uma tentativa de relacionar ambas



26. Área pavimentada



27. Galeria\_Tramo Poente



28. Interior\_Piso Superior



29. Área Pavimentada



30. Alpendre



31. Escada\_Interior



32. Átrio de entrada\_Piso Inferior



33. Arrumos Contíguos



34. Escada\_Exterior

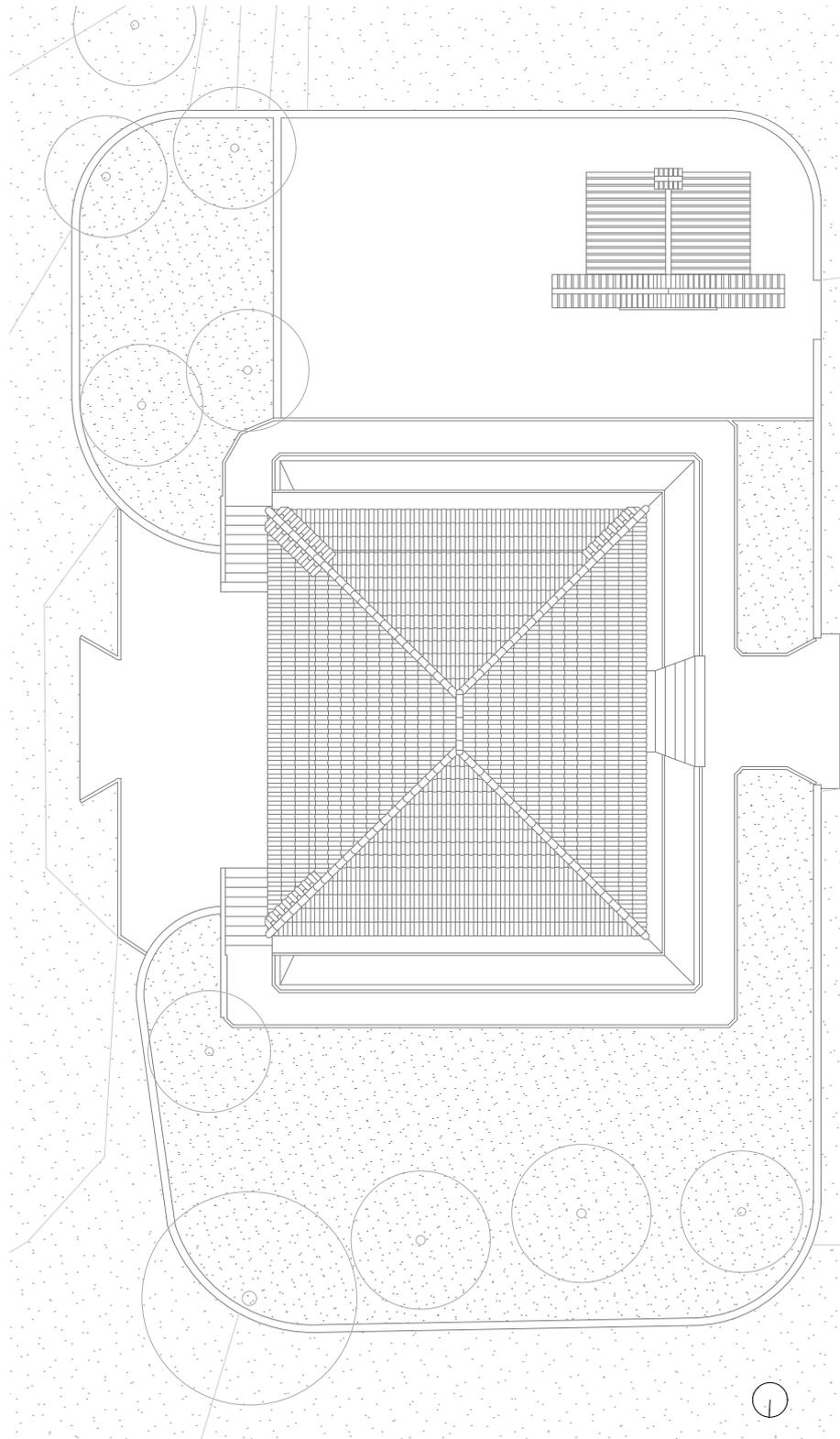
as edificações. O edifício é constituído por quatro paredes, conformando um único espaço, com uma única entrada a norte e com aberturas a nascente e poente. Volumetricamente destaca-se a parede da fachada principal, que se expande em altura e largura das restantes paredes do edifício, tendo sido rematada em telha. Evidencia-se ainda a chaminé, a sul, emergindo da cobertura de duas águas, bastante alta e estreita, também rematada com telha.

No que diz respeito à organização do espaço da casa pode comparar-se à maneira como construtivamente é dividida. Da mesma forma que a casa se parte em duas técnicas construtivas distintas, a organização do edifício, também se divide pelos dois pisos, que operam de forma autónoma. Ainda assim, existe um acesso entre pisos, feito através de uma escadaria posicionada sobre a galeria exterior. Devido à pouca conveniência que provoca no funcionamento do piso superior, sobretudo da galeria, foi coberta por um alçapão de ferro, restringindo a sua utilização a casos excepcionais.

A organização da casa reparte-se entre exterior, exterior-interior e interior. A área pavimentada que envolve a casa opera como elemento de circulação e conexão entre os dois momentos de chegada ao edifício a cotas diferentes, organizando o espaço exterior. Num momento, à cota mais alta, através de uma escadaria centrada com a fachada poente, leva o visitante à galeria. Noutra momento, através de duas escadarias simétricas adjacentes ao volume da base, leva o utilizador a um espaço exterior, também pavimentado, que antecede o alpendre de acesso ao piso inferior.

No piso superior, a galeria envolve todos os espaços interiores da casa. A transição entre o interior e o exterior faz-se em três momentos. Os espaços interiores da casa também se relacionam visualmente com o exterior através de janelas que se abrem a toda a volta. O interior é iluminado através de janelas pequenas e por outras maiores, dependendo do cariz programático do espaço que iluminam. Todas as caixilharias são dotadas de portadas que, quando fechadas, reforçam o piso superior enquanto volume compacto.

No piso inferior, o alpendre, à semelhança da galeria, intermedia a releção entre o exterior e interior. A transição faz-se, também em três momentos, através de uma entrada principal, ao centro, e por duas secundárias nas laterais. A iluminação natural deste piso é totalmente proveniente do alçado nascente. No primeiro plano, através das duas janelas de dimensão reduzida, e no segundo plano através das janelas maiores e pelo pano de vidro existente nas portas da entrada. O piso é iluminado ainda pelo pano de vidro das portas laterais.



**35.** Levantamento\_Planta de Coberturas  
Escala 1.200

## levantamento

Tratando-se de um exercício que visa a realização de uma proposta de reabilitação para um conjunto edificado, é essencial entender quais os aspetos construtivos, formais e funcionais, que são precisos corrigir e quais devem prevalecer.

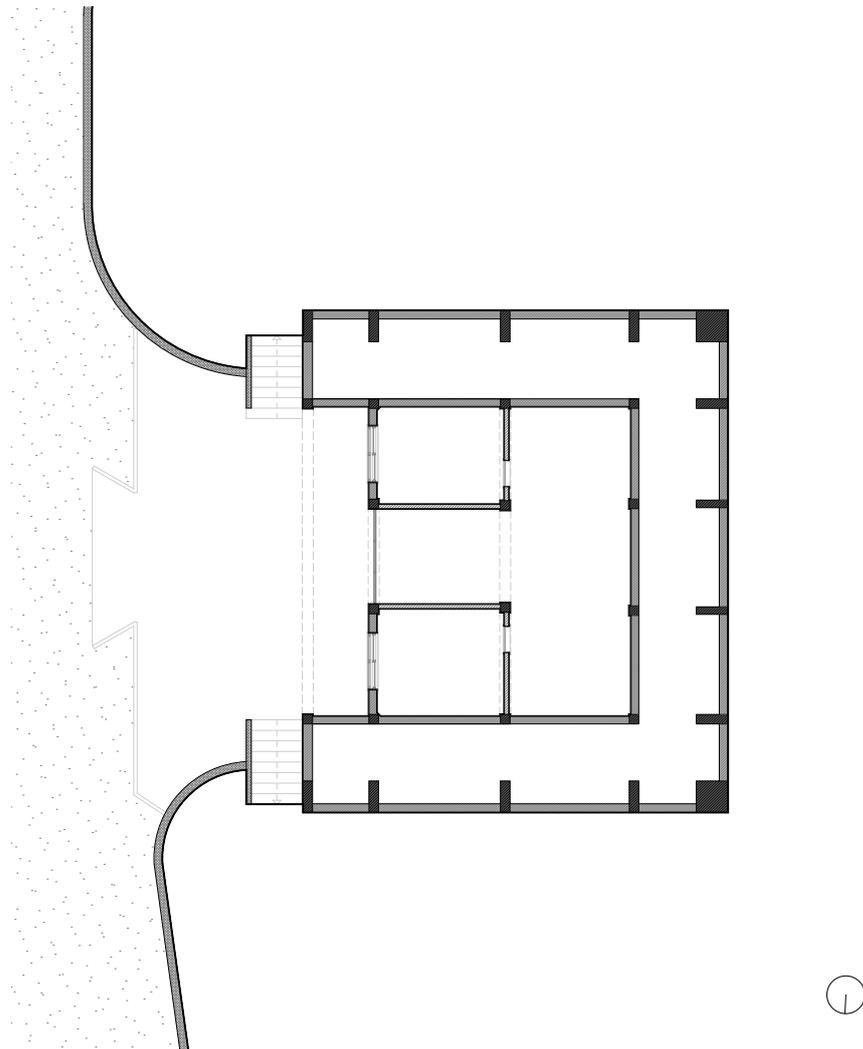
Num primeiro olhar sobre os constituintes da pré-existência, foi possível identificar a presença de algumas incoerências de carácter estrutural, material, formal, espacial e funcional. Durante o levantamento, foi possível verificar que tais incoerências eram resultado da idealização e construção faseada do edificado, em concreto, resultantes de duas fases de construção. Concluiu-se que na primeira fase de construção se ergueu a totalidade da volumetria da casa, tendo sofrido algumas alterações dentro dos seus limites numa segunda fase.

Posto isto, optou-se por analisar o edifício segundo uma linha temporal evolutiva, seguindo as várias fases de construção. Pretende-se, com isto, expor as condições do edifício antes e depois das alterações. Além disso, procura-se ainda o entendimento da relação que o edifício estabelece com a envolvente.

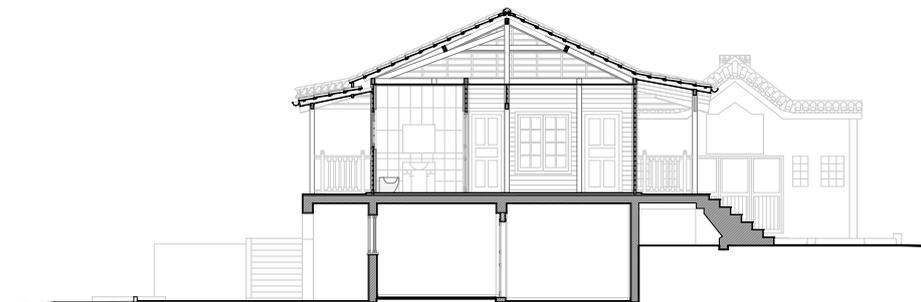
Segundo transmitido pelo proprietário, o objetivo inicial teria sido o de construir uma casa num sistema de pré-fabricado em madeira. Por uma questão de resistência estrutural e de durabilidade dos materiais, uma construção neste sistema, implica a criação de um pavimento elevado do terreno onde assenta a estrutura em madeira. Neste caso, a sua execução foi vista como uma oportunidade para construir o piso inferior da casa e juntamente com esta ideia, surgiu a vontade de construir uma galeria em redor da casa. Assim sendo, segundo a estrutura e organização pré-concebida do sistema de pré-fabricados em madeira, foram-lhe adaptados dois elementos adicionais, uma galeria exterior e um piso inferior.

### **1ª FASE DE CONSTRUÇÃO**

Na primeira fase de construção ergueu-se a totalidade da volumetria existente da casa. A construção iniciou-se naturalmente pelo volume da base, totalmente condicionado pelo sistema pré-fabricado, que sobre ele assenta. Ao centro,



**36.** Levantamento\_Planta do Piso Inferior\_1ªFase  
Escala 1.200



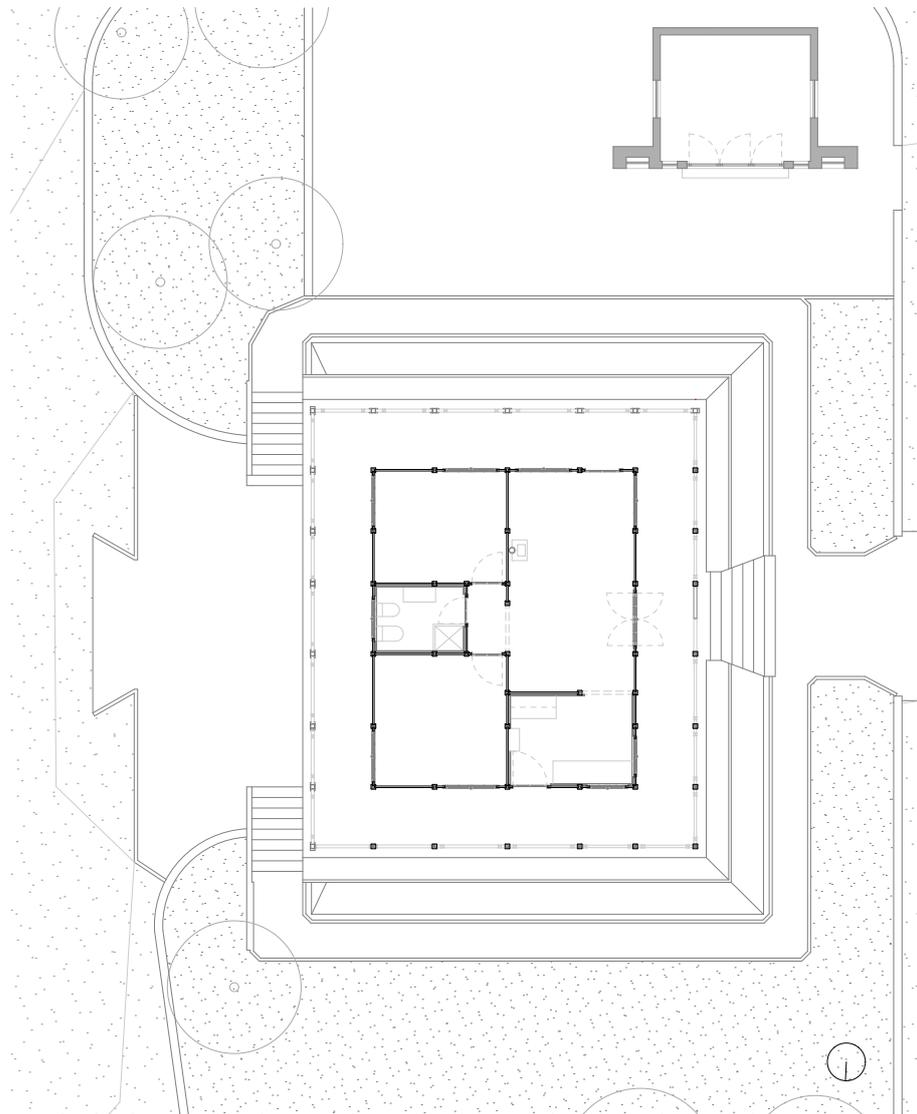
**37.** Levantamento\_Corte Transversal\_1ªFase  
Escala 1.200

a estrutura sobre a qual assentariam os limites de casa no piso superior, foi executada num sistema porticado de betão armado, encerrado no seu perímetro por paredes em bloco de betão e por paredes de alvenaria nas divisórias interiores.

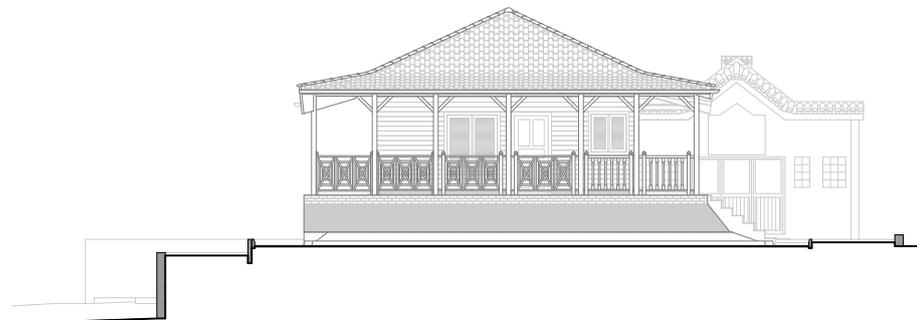
No perímetro do volume da base, optou-se por uma solução mais complexa, ainda que suficiente para suportar as pilastras que limitam a galeria, no piso superior. À exceção do lado nascente, foram construídos vários pilares trapezoidais no alinhamento dos pilares interiores, formalmente concebidos para receber a laje inclinada que, por sua vez, tapa o espaço deixado entre a laje e a cota do terreno. Neste caso, os pilares foram executados com uma altura menor, pelo que as suas fundações estarão cerca de um metro e meio abaixo da cota da laje. No limite nascente, optou-se pela utilização de pilares iguais aos da estrutura central, de modo permitir o acesso ao edifício. Ainda assim, construíram-se apenas dois pilares em cada extremidade vencendo, com uma viga de maiores dimensões, o vão que liberta o alpendre.

As escadas exteriores que dão acesso ao piso superior, apoiam-se estruturalmente no volume da base, estando construídas sobre o plano inclinado. Já as escadas a ele adjacentes, que fazem a conexão entre cotas, construíram-se entres os muros de suporte de terras, que configuram a plataforma, e o volume da base. De planta quadrada, o piso inferior é composto por dois quartos separados por um átrio e, numa posição recuada em relação à fachada, posiciona-se uma sala com kitchenette por onde se acede aos quartos.

Desta primeira fase de construção, resultaram algumas incoerências construtivas, formais, espaciais e funcionais. No que diz respeito ao volume da base é possível detetar uma descontinuidade formal, apresentada na transição entre os planos inclinados e o plano vertical - possível de ler no alçado nascente. Para além da forma, o material com que são revestidos os planos inclinados é diferente do material que reveste a parede, reforçando ainda mais essa descontinuidade. Tais condições resultam ultimamente, num volume irregular, que destoa da regularidade apresentada no piso superior. Quando analisado estruturalmente pode concluir-se que a estrutura do piso inferior peca por excesso, mais concretamente pelo sobredimensionamento dos pilares e vigas. Desprovido de espaços de articulação, as divisões conectam-se de forma direta entre si, o que não é necessariamente prejudicial. Contudo, pela restante disposição que o piso apresenta, não traz benefícios na utilização individual



**38.** Levantamento\_Planta do Piso Superior  
Escala 1.200



**39.** Levantamento\_Alçado Norte  
Escala 1.200

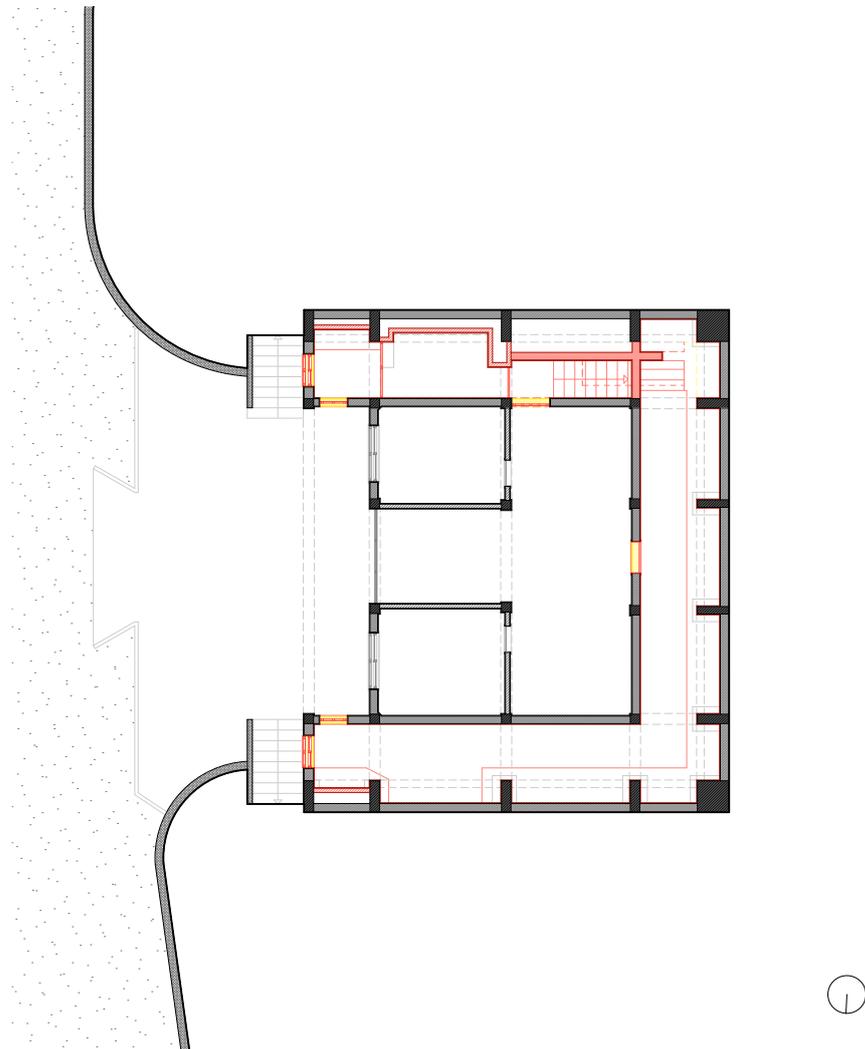
dos espaços. Além disso, denota-se que a organização do espaço do piso inferior, está altamente condicionada pela iluminação e relação entre o interior e o exterior.

A construção do piso superior seguiu o processo natural deste tipo de sistemas pré-fabricados, estandardizado e pré-concebido. Em primeiro lugar, executa-se a estrutura reticular de pilares e vigas (ou prumos e frechais). De seguida executa-se a estrutura da cobertura e aplica-se os revestimentos exteriores, paredes e cobertura. Por fim, o encerramento do volume é finalizado com a colocação dos caixilhos exteriores e a conclusão da obra faz-se com os acabamentos e colocação de caixilhos interiores.

Em dois dos quatro tramos da galeria, os pilares e guardas de madeira foram substituídos por pilares e guardas tubulares quadradas de ferro, pintados à cor da madeira. Para além desta diferença no material, a altura dos pilares em ferro é inferior à altura dos pilares de madeira, o que provoca uma diferença no pé direito da galeria e uma quebra na cobertura. Nos outros dois tramos da galeria, uma alteração no ângulo onde as vigas-perna são colocadas, também provocou a quebra na cobertura, ainda que mais suave.

De planta quadrada, a casa, no piso superior, divide-se essencialmente em dois núcleos: a zona social, com sala e cozinha, a poente, e a zona privada, com dois quartos e uma instalação sanitária, a nascente. Ao centro um pequeno átrio articula as duas zonas da casa. Em seu redor, a galeria envolve todos os espaços da casa. A transição entre o interior e o exterior faz-se em três momentos: a poente, correspondente à entrada principal, acede-se à sala através de uma porta dupla ao centro da fachada oeste; a sul, acede-se à cozinha e; a norte, faz-se um segundo acesso à sala.

No piso superior, o plano intermitente que limita a galeria serve-se de pilares e guardas com formas e materiais distintos. A diferença não é considerável a olho nu, contudo é perceptível quando estes se encontram, sobretudo no contacto da viga com o pilar e também por variar no desenho das guardas. A diferença de altura, faz-se notar pelo formato das cumeeiras e pela descontinuidade das águas do telhado, tendo implicações diretas na coesão formal do edifício. Para além disso, essa diferença resultou em pés direitos distintos, entre os vários tramos da galeria, provocando uma descontinuidade espacial, que não a beneficia enquanto elemento único e contínuo.



40. Levantamento\_Planta do Piso Inferior\_2ªFase  
Escala 1.200



41. Levantamento\_Corte Transversal\_2ªFase  
Escala 1.200

A conclusão da primeira fase de construção deu-se com a construção do edifício da cozinha exterior e com o arranjo do espaço exterior que configura a plataforma de nível. Para finalizar, aplicaram-se os pavimentos exteriores que organizam o espaço à volta dos edifícios e o distinguem dos percursos da propriedade.

## **2ª FASE DE CONSTRUÇÃO**

A segunda fase de construção, surgiu da vontade de conectar os pisos dentro dos limites da construção, isto por se tratar de uma habitação unifamiliar. De forma a não interferir com a organização dos espaços já existentes, a ligação foi realizada no piso superior na área da galeria que corresponde, no piso inferior ao espaço entre a estrutura central e os pilares trapezoidais. Como referido anteriormente, esta região do piso inferior estava coberta de terra até às fundações dos pilares trapezoidais.

Assim sendo, para tornar possível o acesso nesta região procedeu-se, à remoção das terras abaixo das fundações que ocupavam o espaço entre a estrutura central e os pilares trapezoidais, libertando assim a totalidade do pé direito. Por constituir uma escavação que retiraria as terras abaixo das fundações dos pilares existentes, procedeu-se à construção de muros ou paredes adjacentes aos pilares, que suportam as terras, para garantir a estabilidade estrutural do piso superior.

Este processo realizou-se a toda a volta, resultando numa galeria semienterrada, posteriormente compartimentada em vários espaços. Nos lados norte e poente, esses espaços correspondem a arrumos contíguos; no lado sul, o espaço reparte-se por um átrio/arrumo, uma instalação sanitária e um espaço de circulação que intermedia a escada que conecta os dois pisos.

A existência destes espaços, motivou a abertura de alguns vãos para os iluminar e para lhes aceder. Em concreto, as janelas pequenas na fachada nascente e também as portas que os conectam com o alpendre e com a sala. As alterações realizadas nesta fase de construção tiveram implicações do ponto de vista organizativo, formal e espacial sobretudo no piso inferior - com exceção para a abertura da laje, que também trouxe consequências ao funcionamento do piso superior.



42. Levantamento\_Corte Longitudinal\_2ªFase  
Escala 1.200



43. Levantamento\_Alçado Nascente\_2ªFase  
Escala 1.200

A ideia de conectar os dois pisos foi algo pensado em benefício da organização da casa, passando a funcionar como um edifício interligado entre pisos. Contudo, a maneira como foi concretizada é deveras criticável, interferindo em ambos os pisos na organização e qualidade do espaço.

Instalar a escada na galeria, adulterou por completo a sua qualidade enquanto espaço contínuo, apesar de posteriormente ter sido coberta com um alçapão metálico, numa tentativa de corrigi-lo. Além disso, foi construída em péssima posição, ao aceder ao piso superior numa posição onde não existe um espaço de receção e articulação, deparando-se o utilizador com a presença da guarda. Por estar posicionada na galeria, a escada adquire a condição de escada exterior, ainda que coberta. Esta condição determinaria, no piso inferior, que o tratamento dado às paredes e ao tipo de caixilharias, fosse o mesmo dado a qualquer outro espaço que intermedia o exterior com o interior, por uma questão de conforto na utilização dos espaços interiores, algo que não se sucedeu.

Com a adição dos espaços compartimentados a organização e articulação dos espaços interiores da casa piorou. A sul, manifestamente condicionada pelo posicionamento da escada, a utilização da instalação sanitária, a partir de uma posição interior, obriga o utilizador a percorrer um espaço exterior - o alpendre ou, de forma mais direta o espaço que antecede as escadas. A restante área da galeria semienterrada - os arrumos - resultou no espaço sobrance entre estruturas. Espaço que se caracteriza pela fraca qualidade espacial, provocada pelo ruído formal das estruturas e pela quase inexistente iluminação natural.

As incoerências detetadas no edifício, não resultaram somente em problemas estruturais ou formais, mas também em condicionantes no que toca à sua relação com a envolvente, sobretudo no piso inferior. O espaço exterior à cota baixa funciona como espaço de articulação entre os percursos da propriedade e a casa, utilizando o alpendre como elemento que os intermedia com o interior. Contudo, em relação direta com o alpendre estão os arrumos, em ambos os extremos e o átrio de entrada, e em relação indireta, os quartos.

A questão que se coloca é o posicionamento dos quartos, de carácter privado, e a relação que estabelecem com os outros espaços, de carácter coletivo, através do alpendre. O seu posicionamento, ao estarem virados a nascente, justifica-



44. Levantamento\_Alçado Poente  
Escala 1.200



45. Levantamento\_Alçado Sul  
Escala 1.200

-se por ser esta a única fachada que recebe luz natural. Como tal, a hierarquização dos espaços não foi possível ser corretamente definida, o que acabou por prejudicar a estabilidade do programa de carácter privado, limitando a sua relação com a envolvente.

Pelo contrário, o piso superior por se situar numa cota elevada em relação ao terreno, e por isso não estabelecer uma relação física direta com o exterior, permite-lhe uma maior liberdade na relação que estabelece com a envolvente. De certo modo conseguiu-o de forma bastante interessante, ao relacionar-se em todas as direcções, de forma mais ou menos permeável e mais ou menos significativa, através das portas e janelas.



## edificado *compósito*

Conforme concluído anteriormente, a arquitetura popular é fruto da relação mais pura entre o homem e o meio, construída diretamente em função das suas necessidades. Como tal, alterações nas necessidades do homem resultam consequentemente em mudanças na organização e forma dos edifícios que habita.

Enquadrando-se a construção da Herdade do Castelão, num período que sofreu, sem dúvida, muitas alterações naquelas que eram as necessidades do homem e sobretudo na relação entre o homem e o meio, as edificações não deixaram de o transparecer. Esta circunstância teve no objeto de estudo, assim como noutros exemplos de construções no Alentejo um efeito considerável, que as distingue em termos construtivos, formais e funcionais da arquitetura popular.

Quando no Inquérito se reflete sobre o que é e o que não é arquitetura popular, perante estas alterações no paradigma popular, constata-se que estas edificações também poderiam ser denominadas como parte da “(...) *arquitetura popular tendo em conta os seus protagonistas e a ausência de mediadores qualificados e institucionais (arquitetos, técnicos, empresas de construção, imobiliárias, serviços municipais)*”<sup>29</sup>. Porém, “(...) *esta arquitetura, ou construção, clandestina não é sucedânea da arquitetura popular. Nem pode ser considerada arquitetura vernácula. Para Paul Oliver, (...) só é vernácula uma arquitetura do povo, feita pelo povo, em que há uma ligação tradicional e herdada entre o homem e o meio (...)*”<sup>30</sup>.

Segundo esta afirmação, o objeto de estudo em análise é de génese popular, no sentido em que foi construído em contexto popular, por populares. Não obstante, apresenta inquestionavelmente aspetos construtivos e morfológicos que os distinguem da arquitetura popular alentejana ou mais concretamente do arquétipo que caracteriza os tradicionais montes alentejanos. Ora, demonstra evidentemente a falta de ligação tradicional entre o homem e o meio, na sua construção.

<sup>29</sup> AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitetura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p.V

<sup>30</sup> Ibidem, p. V

O edifício existente é também uma construção popular no sentido em que o homem utiliza os materiais e técnicas que tem ao seu dispor. A diferença para o passado está na quantidade e diversidade dos recursos que tinha ao seu dispor na época da sua construção – expressa, por exemplo, com a presença de um sistema de pré-fabricados em madeira.

Bernard Rudofsky define a arquitetura vernacular como uma vertente arquitetónica que “(...) não passa por ciclos de moda. É quase imutável, deveras, impossível de melhorar, uma vez que serve o seu propósito na perfeição”<sup>31</sup>. Pelo contrário, o objeto de estudo revela multiplicidade no emprego de técnicas e métodos construtivos, utilizando materiais não autóctones, numa evidente tentativa de mudar em relação ao anteriormente utilizado. Para além disso, considera-se que o edifício apresenta grande variedade nos elementos estilísticos, construtivos e formais, eivado “(...) de influências citadinas, seduzidos pelo fulgor dos grandes centros e o aparato das suas realizações, desprezam as lições de sobriedade, de funcionamento e de coerências que poderiam colher «in loco», para imporem aos burgos aquilo que consideram uma feição progressiva – e que é apenas, em inúmeros casos, parecida com a dos meios maiores. Feição inadequada, com excessiva frequência, que alimenta vaidades pacóvias, mas não beneficia nem embeleza esses mesmos burgos”<sup>32</sup>.

O objeto de estudo é, segundo analisado, uma construção contemporânea de génese popular, sem com isto representar um exemplo de apropriação dos hábitos e tradições construtivas da região onde foi implantado e, portanto, impossível de se classificar como parte da arquitetura popular alentejana. Portanto, não sendo sucedâneo, pode considerar-se como substituto por força das circunstâncias.

Através da análise feita ao objeto de estudo, entendeu-se que o edifício não é mais do que a combinação de materiais e técnicas construtivas distintas, por parte de quem o idealizou. Trata-se da utilização de sistemas construtivos e materiais contemporâneos, estandardizados, embora alguns materiais

---

<sup>31</sup> RUDOFSKY, Bernard, (1995), “Architecture without architects”, Preface, Albuquerque, University of New Mexico Press, Preface, Tradução do autor.

<sup>32</sup> AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitetura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p.XXI/XXII

sejam intemporais, como a madeira. Contudo, a construção reflete os sistemas e materiais industrializados, disponíveis no mercado da construção atual, tais como o betão armado, o cimento, as tintas plásticas, os cerâmicos, etc. Curiosamente, a madeira, material intemporal, é aqui aplicada de uma forma estandardizada, através de um sistema de pré-fabricados em madeira. Apesar de existir alguma coerência expressa na forma são aplicadas estas referências, não deixam de ser vários materiais e técnicas que se encontram totalmente fora de contexto. Tendo em conta esta associação, coloca-se a hipótese de classificar o edifício como formado por materiais e formas compósitas.

De forma que se entenda melhor o que é pretendido com a atribuição desta terminologia ao objeto de estudo é necessário recorrer ao significado atribuído à palavra ‘compósito’. Significa ter vários elementos heterógenos, ou seja, compostos por vários elementos de natureza ou espécie diferente. Inclusive, é relativa a uma ordem da arquitetura clássica, que se caracterizava pela associação das ordens jónica e coríntia.

A associação de elementos heterogéneos é possível identificar no objeto de estudo, pela junção de elementos de origens distintas. Por um lado, referencia-se em elementos arquitetónicos do património vernáculo local, conferindo-lhe uma apropriação muito particular. Em específico, a forma como a propriedade é cercada e como o pórtico de entrada é coroado – fazendo lembrar as muralhas defensivas construídas pelos mouros. A rua ou caminho no cimo do monte, que organiza os percursos na propriedade, um pouco à imagem da rua do monte ou terreiro, existente nos montes tradicionais alentejanos. O edifício da cozinha exterior, assim como a fachada nascente do volume da base da casa, pintados de branco e azul, reproduzidos à imagem das construções populares alentejanas - salientando-se ainda, a chaminé no edifício da cozinha exterior. Pode ainda dar-se nota da plantação de palmeiras, que reforçam o uso de elementos externos, alterando inclusive a paisagem natural da Herdade.

Em suma, as construções da propriedade refletem a evolução dos sistemas construtivos, replicando formas vernáculas passadas, introduzindo, simultaneamente, formas que são próprias dos sistemas construtivos contemporâneos.

O presente capítulo refere-se ao desenvolvimento do método de intervenção, em função das condições do objeto de estudo, segundo o qual se desenvolverá a proposta de intervenção, também ela apresentada.

cliente e programa – apresenta o cliente e expõe o programa

método – concebe o método de intervenção

plano horizontal – define quais os elementos do objeto de estudo segundo os quais se desenvolverá a proposta de intervenção

guias de intervenção – pré-concebe algumas condições quanto aos elementos anteriormente definidos, segundo o método de intervenção

proposta – apresenta e descreve a proposta de intervenção

Intervenção



## cliente e programa

A intenção de requalificar um edifício é habitualmente proposta por um cliente que, à partida idealiza o que pretende alterar. A ideia é comunicada ao arquiteto que, enquanto técnico, tenta materializá-la segundo a perceção que cria dela. O cliente, como entidade que define as condicionantes e premissas de um programa de intervenção carrega, por vezes, ideias e imagens de determinados aspetos de edifícios que gostaria de ver replicados. Cabe ao arquiteto basear-se nessas ideias e imagens pré-concebidas e adaptá-las ao projeto. Este exercício permite dar resposta ao pedido do cliente sem prejuízo para a qualidade do edifício.

Por se tratar de um projeto de intervenção realizado em contexto académico, não foram tidos em consideração alguns aspetos próprios de um projeto real de arquitetura, pretendendo focar o estudo em aspetos de conceção arquitetónica mais do que nos aspetos de cariz regulamentar. Ainda assim, a conceção do projeto é vista como uma vontade e necessidade real, que partiu de um cliente real com uma encomenda real, pelo que será realizada com a máxima veracidade possível, tendo em vista uma aplicabilidade posterior à realização deste trabalho.

No caso do projeto de requalificação da Herdade do Castelão não existia, a princípio, por parte do cliente, uma clara definição do que se pretendia, tendo sido proposto com bastante incerteza e subjetividade. Esta indecisão explica-se pela relação que o cliente estabelece com a Herdade. Importa, por isso, esclarecer que o cliente é simultaneamente o proprietário da Herdade e um dos seus herdeiros. Isto é, associado à vontade de intervir na propriedade existe a vontade de preservar o que existe. Esta indecisão explica-se pela relação que o cliente estabelece com a Herdade, por ser um dos seus herdeiros. Como tal, pode ser atribuído ao existente um valor patrimonial, no sentido de herança, que pretende herdar a história e memória do passado associado à família. No fundo, motivado acima de tudo pelo valor afetivo que esse lugar possui para si e pela esperança de vê-lo ganhar uma nova vida, o cliente entendeu que algo devia ser feito de modo a garantir o futuro da Herdade. Posto isto, antes de qualquer proposta foi concebido, em conjunto com o cliente, o futuro programa, assim como algumas premissas e condicionantes a ter em consideração na proposta de intervenção.

A Herdade do Castelão funciona atualmente como segunda habitação, contudo, está progressivamente a deixar de ser frequentada pelos seus proprietários, pela distância a que se encontra da habitação onde residem diariamente. Apesar de nos últimos dez anos terem existido algumas tentativas de manutenção do espaço, estas acabaram recorrentemente por ser inúteis e bastante dispendiosas. Num período imediatamente a seguir à sua manutenção a propriedade era utilizada, porém, pela grande dimensão do terreno, esse período era igual ou superior ao período de utilização. Estes fatores levaram progressivamente ao abandono da Herdade pela sua insustentabilidade financeira.

Numa primeira discussão, existia uma clara vontade de continuar a utilizá-la como segunda habitação e alguma apreensão quanto à aplicação de um novo uso. Receava-se que a mudança no uso da propriedade, causasse a perda do carácter familiar existente até então. Contudo, entendeu-se ser necessária uma solução que voltasse a dinamizá-la, respondendo às exigências contemporâneas e que a impedisse de atingir repetidamente a condição de abandono.

Assim sendo, foi determinada a adição da componente turística à propriedade, que se justifica pela sua localização – posicionada no território sobre um monte alentejano, um lugar que pelo isolamento e serenidade que aí se encontra, é procurado como um refúgio dos núcleos urbanos. Contudo, a intenção do cliente não é tornar a propriedade num oásis turístico, até porque essa alteração desvirtuaria por completo a identidade do lugar e eliminaria o carácter familiar que se deseja manter. Apesar da possibilidade de funcionar como um alojamento turístico, o cliente não estaria disposto a abdicar da sua privacidade numa situação de utilização simultânea com terceiros. Tal condicionante determinou logo à partida que qualquer intervenção implicaria a individualização de pelo menos dois núcleos habitacionais. Com isto, ambiciona-se uma solução que equilibre as duas componentes, habitacional e turística, onde seja possível o uso individualizado de cada programática. Estabelecida esta condição, o cliente fixou o programa composto por algumas adições, alterações e permanências no existente.

O programa consiste na criação de duas unidades habitacionais independentes, constituídas, cada uma delas, por uma sala, uma cozinha, três quartos, sendo pelo menos um deles uma suite, e por no mínimo mais uma instalação

sanitária. O melhoramento do espaço exterior que envolve o edifício é também um dos requisitos. Nele deverá ser criada uma piscina, provida de uma zona com chuveiros e de uma zona de estar. Exige-se ainda a definição de um espaço exterior coberto, como o objetivo de servir como zona de refeições, em substituição da estrutura leve existente, que antes desempenhava essa função. É também, intenção do cliente, que qualquer intervenção seja capaz de recordar o espaço antigo. Quanto aos elementos da pré-existência que o cliente pretende efetivamente manter, independentemente da intervenção que se venha a realizar, foi apenas referenciado o azulejo com a descrição “Herdade do Castelão” existente na fachada do volume da cozinha exterior.

É importante referir que de modo a responder à principal condição organizativa, que pretende conciliar o uso privado com o uso coletivo, foi determinado que é necessário um cuidado acrescido na hierarquização dos espaços, pelo que a distribuição do programa, estará assim sujeita à sua hierarquização. Isto permitirá não só que essa diferenciação ocorra, mas também que se retire individualmente partido das relações que cada espaço estabelece com a natureza e com a paisagem. Além disso, a Herdade do Castelão será assim, mais eficaz tendo em conta o que o turista procura num lugar com estas características, oferecendo-lhe a possibilidade de eleger, dependendo do seu estado de espírito, o espaço que pretende frequentar, em função do carácter a si atribuído.

## **método**

Neste momento, são conhecidas as características e condicionantes do objeto de estudo, está definido o novo programa a implementar, assim como algumas condicionantes de intervenção impostas pelo cliente. Posto isto, é necessário definir o método de intervenção que se acredita ser o mais adequado para a proposta de reabilitação do objeto de estudo.

Segundo Fernando Távora “(...) a relação de um edifício com o seu sítio é de importância capital e embora normalmente, e sob o ponto de vista da dimensão, o sítio predomine sobre o edifício, a verdade é que este embora pequeno, pode destruir totalmente aquele, quando o que seria de desejar era a obtenção de um equilíbrio harmónico entre os dois elementos em presença.”<sup>33</sup>

Como concluído, no subcapítulo ‘edificado *compósito*’, em função das circunstâncias sob as quais foi construído e em resultado da conjuntura existente à data da sua construção, o objeto de estudo não constitui um exemplo de um edifício em harmonia com o lugar onde se implanta. Posto isto, na proposta de intervenção, deve procurar-se restabelecer a harmonia entre o edifício e o lugar. Como tal, questiona-se como e se será possível consegui-lo, quando o conjunto edifício sobre o qual se irá intervir é um exemplo de desarmonia com o lugar.

As formas, a organização e as técnicas construtivas utilizados na construção do objeto de estudo permitem denominá-lo de ‘edificado *compósito*’, ou seja, provenientes de diversas referências arquitetónicas. A intervenção não pode nem deve, por isso, basear-se na apropriação de elementos arquitetónicos característicos de qualquer uma dessas referências para o desenvolvimento da proposta de reabilitação do objeto de estudo – como por exemplo a arquitetura popular. Fazê-lo resultaria apenas na cópia e estetização dos elementos arquitetónicos do passado, que hoje não encontram a utilidade desejada e porque “(...) *integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios.*”<sup>34</sup>

<sup>33</sup> TÁVORA, Fernando (2006) “Da organização do espaço”, Porto, Faup Publicações, p.59.

<sup>34</sup> AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitetura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p. XXIII

Considera-se, em contrapartida, que o que se pode e deve extrair da arquitetura popular são os conceitos a si implícitos, ou seja, as “(...) *lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza (...)*”<sup>35</sup>. Tratam-se de conceitos intemporais que definem a forma pura de fazer e pensar arquitetura e que permitem conceber um edifício equilibrado.

No seguimento desta reflexão, pode referir-se a teoria desenvolvida por Valério Olgiati, elaborada em função das condições do mundo atual, definindo-o como um mundo não referencial. O autor define-a como “(...) *um tratado que apresenta aos arquitetos uma nova maneira de ver e compreender as correntes sociais de um mundo não referencial, dentro do qual eles devem operar por necessidade*”<sup>36</sup>. Para o autor, a arquitetura deve ser pensada sem qualquer referência a aspetos extra arquitetónicos. Assim sendo, tudo aquilo que possa motivar a sua forma, construção ou organização, que não esteja diretamente ligado a uma ideia puramente arquitetónica, não deverá ser considerado na conceção de um edifício. Para Valério Olgiati os edifícios não referenciais “(...) *são identidades que são, por si só, significativas e criadoras de sentido e, como tal, não menos são a personificação da sociedade do que os edifícios eram no passado quando eram portadores de ideias sociais comuns*”<sup>36</sup>.

Na arquitetura não referencial o papel do arquiteto é de criar uma ideia única e própria para cada edifício. Esta deve apresentar, obrigatoriamente, duas qualidades: que seja geradora de forma e criadora de sentido. Geradora de forma no sentido em que, ao ser anunciada, seja possível de imaginar a sua forma, mesmo que não seja a mesma que é imaginada pelo arquiteto quando a anuncia. Criadora de sentido de modo que, ao ser comunicada, esta faça sentido de maneira a despertar a imaginação do seu recetor, como ideia, criando algum tipo de conhecimento ou perceção na mente do recetor. A ideia deverá ainda conter um certo “sentimento de descoberta” desde o início da sua conceção.

Entenda-se que a perspetiva desenvolvida por Valério Olgiati não se trata de uma teoria que foca a intervenção em edifícios existentes. Contudo, enten-

<sup>35</sup> AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitectura Popular em Portugal”, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitetos, p. XXIII

<sup>36</sup> BREITSCHMID, Markus; OLGATI, V. (2013), “Non-Referential Architecture”, Basel, Simonetta & Baer, p.14, Tradução do autor

de-se que encarar a intervenção no objeto de estudo segundo esta perspectiva, será provavelmente a forma mais indicada de o fazer, tendo em conta a maneira como este se classifica arquitetonicamente. No desenvolvimento da proposta de intervenção para a Herdade do Castelão, segundo esta perspectiva, a conceção dessa ideia única está dependente da circunstância existente.

Fernando Távora defende que “(...) o homem tem de tomar uma atitude ao criar qualquer forma, que porque não é obrigado a obedecer passivamente à circunstância, quer até porque esta pode apresentar aspetos terrivelmente negativos e seria uma posição covarde cultivar tais aspetos em lugar de os combater, além de que o homem sabe, igualmente, que ao criar circunstância e a circunstância que ele cria pode agravar esses aspetos ou pode melhorá-los”<sup>37</sup>.

Está, portanto, dependente da perceção dos aspetos que caracterizam a circunstância, assim como dos aspetos que a prejudicam. Para o caso específico da Herdade do Castelão, considera-se que esses aspetos devem ser identificados olhando para o objeto de estudo como provedor de matérias-primas, nos sentidos construtivo, formal e funcional. Matérias-primas, pois, acredita-se que é requerida uma certa abstração das referências extra arquitetónicas a si associadas. Isto permitirá, por outro lado, que sejam selecionados segundo as suas características puramente arquitetónicas.

Segundo enuncia Fernando Távora “(...) a dificuldade da decisão a tomar está exatamente em saber que porção da circunstância haverá que seguir e que porção haverá que esquecer ou mesmo contrariar; há, neste caso, duas posições limite e, por limites, porventura inexistentes: ou seguir totalmente a circunstância ou negá-la totalmente”<sup>38</sup>.

No caso da Herdade do Castelão, entende-se que a porção de circunstância existente que se deve manter é apenas a suficiente para que se mantenha a sua autenticidade. Como tal, por entre as matérias-primas disponibilizadas pelo edifício, as que se consideram como os seus aspetos identitários deverão ser reconhecidas. As sobrantes matérias-primas, deverão ser corrigidos ou até

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.14, Tradução do autor

<sup>38</sup> TÁVORA, Fernando (2006) “Da organização do espaço”, Porto, Faup Publicações, p.24

eliminados, de maneira que as que se achem cruciais na definição da nova circunstância sejam potenciadas. Segundo este raciocínio a intervenção guiar-se-á segundo aspetos puramente arquitetónicos.

Posto isto, importa salientar que para que a ideia, segundo a qual a intervenção será desenvolvida, seja criadora de sentido e geradora de forma, subentende-se que os aspetos identitários também o sejam. Por outras palavras, é segundo os aspetos que se considerem como identitários do objeto de estudo e da circunstância existente, que a ideia para a intervenção deverá ser concebida.

Acredita-se que através deste método de intervenção é possível projetar um edifício equilibrado, que respeita o seu passado (mantendo a circunstância existente) e que se adapta a seu futuro (respondendo ao programa proposto). Como tal, acredita-se, que perante a conjuntura atual e, em especial, perante as circunstâncias do objeto de estudo, esta é a forma mais adequada para que o objeto de estudo obtenha harmonia para com o lugar onde se implanta.



46. Enquadramento da plataforma\_Pódio Estéretómico

## plano horizontal

Destaca-se na pré-existência a forma como é limitado o espaço envolvente aos edifícios, mais concretamente através da plataforma de nível. Segundo Alberto Campo Baeza a configuração de um espaço como este, resulta de uma ação primitiva e elementar, que consiste na procura de um plano horizontal para o homem se estabelecer. Se não existe um plano horizontal ao seu dispor ou se existe, mas não é suficiente, como no caso de um monte alentejano, o homem por intuição cria-o.

O ato de criar um plano horizontal na Herdade do Castelão pode ser comparado ao ato realizado numa das obras mais brilhantes da história da arquitetura, a Acrópole de Atenas, que *“antes da beleza imensa dos seus templos, foi uma proposta de um plano horizontal elevado, no ponto mais alto daquela montanha dos deuses”*<sup>39</sup>. Segundo o mesmo autor, esta é uma de duas formas de estabelecer um plano horizontal elevado. Segundo a denominação estabelecida por Alberto Campo Baeza o espaço envolvente aos edifícios (a plataforma de nível) designa-se de pódio estereotómico – *“(…) o plano horizontal como talhado na mesma pedra que um envasamento sobre o qual ira assentar a arquitetura. Essa atitude de continuidade termina na construção de um pódio que é uno com a terra, como que nascido dela: (...) sempre maciço, pétreo, pesado”*<sup>40</sup>.

Os edifícios construídos sobre este ‘pódio estereotómico’, a cozinha exterior, que pousa sobre o pódio estereotómico; e a casa que, para além de se implantar dentro dos limites desse pódio, fá-lo de uma forma diferenciada. Em vez de assentar sobre ela, apresenta uma segunda forma de estabelecer um plano horizontal elevado, mais concretamente através do volume da base. Segundo o autor, esta forma denomina-se de pódio tectónico – *“(…) não falamos de pódio, mas de plataforma. O plano principal, o «piano nobile», surge como um tapete voador, ou como uma mesa, quando em Arquitetura se pretende essa «flutuabilidade» (...)”*<sup>41</sup>.

Na casa, os limites deste plano horizontal controlado, são definidos por um segundo plano horizontal elevado, sobre o qual assenta o sistema pré-fabri-

<sup>39</sup> CAMPO BAEZA, A. (2019), “A pensar com as Mãos”, Casal de Cambra, Caleidoscópico, p.16/17

<sup>40</sup> *Ibidem*, p.17

<sup>41</sup> *Ibidem*, p.19/21



47. Conjunto Edificado\_Pódio tectónico

cado em madeira, e ao qual se acede através de uma escadaria central. Esta forma de estabelecer o plano horizontal pode compara-se, ao exercício feito na Villa Rotonda que, “(...) *para além da sua brilhante composição, fala-nos do estabelecimento de um plano horizontal, aquilo a que os italianos chamam de «piano nobile», onde as potentes escadas de acesso mais não fazem do que sublinhar essa ideia de pódio(...)*”<sup>42</sup>.

Porém, isso não significa que se reconheça que os conceitos apresentados por Alberto Campo Baeza estejam intencionalmente subjacentes à construção dos edifícios existentes na Herdade do Castelão. Considera-se, pelo contrário, que a pré-existência resulta de uma atitude intuitiva de estabelecer uma arquitetura segundo um plano horizontal, que encontra uma explicação teórica nos conceitos desenvolvidos pelo autor.

Segundo Fernando Távora<sup>43</sup> a organização de um espaço, pressupõe a existência de formas, a relação entre elas e o espaço que as limita. Como tal, pode afirmar-se que manter a circunstância, é o mesmo que manter a organização do seu espaço, ou seja, manter as suas formas, a relação entre elas e o espaço que as limita. Isto significa que, manter a forma e posicionamento dos edifícios existentes e a relação que estabelecem com plano horizontal que os limita e sobre o qual se estabelecem, permite manter a circunstância existente na Herdade do Castelão.

Posto isto, assumem-se como os traços identitários da pré-existência e que por si só definem a circunstância existente que, segundo o método de intervenção sobre o qual se guiará a reabilitação, originam a ideia subjacente à proposta de intervenção. Por outras palavras, os aspetos que permitem simultaneamente manter a circunstância existente e lançar, através dela, uma ideia única, criadora de sentido e geradora de forma, caracterizam-se pela forma como o objeto de estudo foi implantado. A ideia é criadora de sentido, quando a ela se atribui o conceito de plano horizontal elevado e geradora de forma através das duas formas de estabelecer um plano horizontal elevado, o pódio estereotómico e o pódio tectónico. Acredita-se que manter ou reforçar a circunstância, segundo os conceitos nela identificados, irá melhorar e clarificar a relação entre o edifício e o lugar, preservando simultaneamente a sua identidade.

---

<sup>42</sup> CAMPO BAEZA, A. (2019), “A pensar com as Mãos”, Casal de Cambra, Caleidoscópio, p.17

<sup>43</sup> TÁVORA, Fernando (2006) “Da organização do espaço”, Porto, Faup Publicações, p.18



## **guias de intervenção**

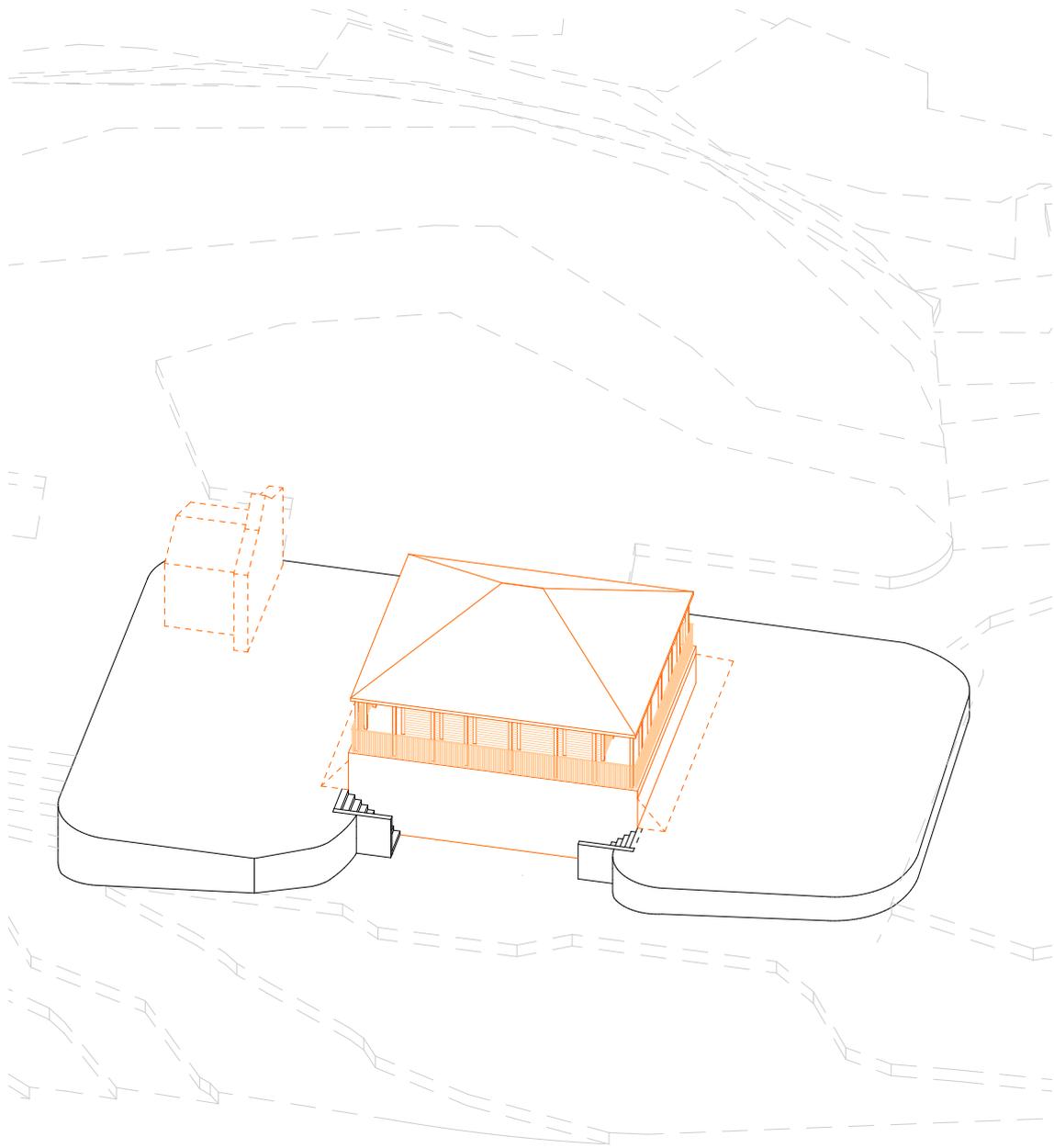
Este exercício terá de ser realizado tendo em consideração a existência de um programa a aplicar que poderá requerer mudanças nas formas, na organização dos edifícios, assim como na organização do espaço envolvente.

Selecionados os aspetos identitários que se consideram cruciais na definição do existente e a partir dos quais a ideia para uma nova circunstância foi concebida, considera-se essencial verificar a sua compatibilidade com o programa proposto. Como tal, entende-se ser necessário verificar se a área ou volumetria dos edifícios existentes é suficiente para albergar a totalidade do programa proposto.

Ao observar a volumetria e área total do conjunto edificado conclui-se rapidamente que, não é possível albergar o programa proposto dentro dos seus limites. O volume da casa, apenas com a área útil no piso superior e com a disposição do piso inferior, só com uma frente, não reúne condições para albergar mais do que uma unidade habitacional. A impossibilidade de reunir o restante programa dentro dos limites do volume da cozinha exterior leva inevitavelmente à conceção de uma nova volumetria ou de um acréscimo volumétrico.

Para que a circunstância existente não seja alterada de forma significativa e para que o impacto da conceção dessa volumetria seja minimizado, definiram-se à priori algumas premissas quanto à forma de intervir sobre o objeto de estudo. Estas condições, definem que a ideia concebida anteriormente, expressa segundo os seus traços identitários, deve ser mantida na proposta de intervenção. Pela importância que a volumetria da casa tem na criação da ideia (pódio tectónico), determinou-se que deve liberar-se de qualquer adição volumétrica. Assim sendo, o edifício da cozinha exterior, teria de ser alvo de um acréscimo volumétrico.

A conceção desse acréscimo terá, no entanto, de preservar a relação existente entre as duas volumetrias e, simultaneamente, albergar o programa necessário. Como tal, determina-se que terá de ser concebido em função do posicionamento da cozinha exterior que, por sua vez, não deve ser alterado em benefício da conservação da circunstância existente. Esta será fortalecida não só pela



48. Axonometria\_Apuro Formal\_Casa

relação que é mantida com a casa, mas também na relação que estabelece com a plataforma, reforçando a ideia de pódio estereotómico sobre o qual assenta uma construção.

Além disso, entende-se ser necessário pré-estabelecer algumas condições quanto ao tratamento formal, construtivo e organizativo da casa, assim como da plataforma, por estes remeterem diretamente ao conceito de pódio.

Em termos práticos, significa corrigir alguns elementos que, para além de terem sido identificados como elementos que apresentam incoerência formal, espacial, construtiva e material presentes no existente, consideram-se prejudiciais para a perceção e implementação da ideia concebida.

### **PÓDIO TECTÓNICO**

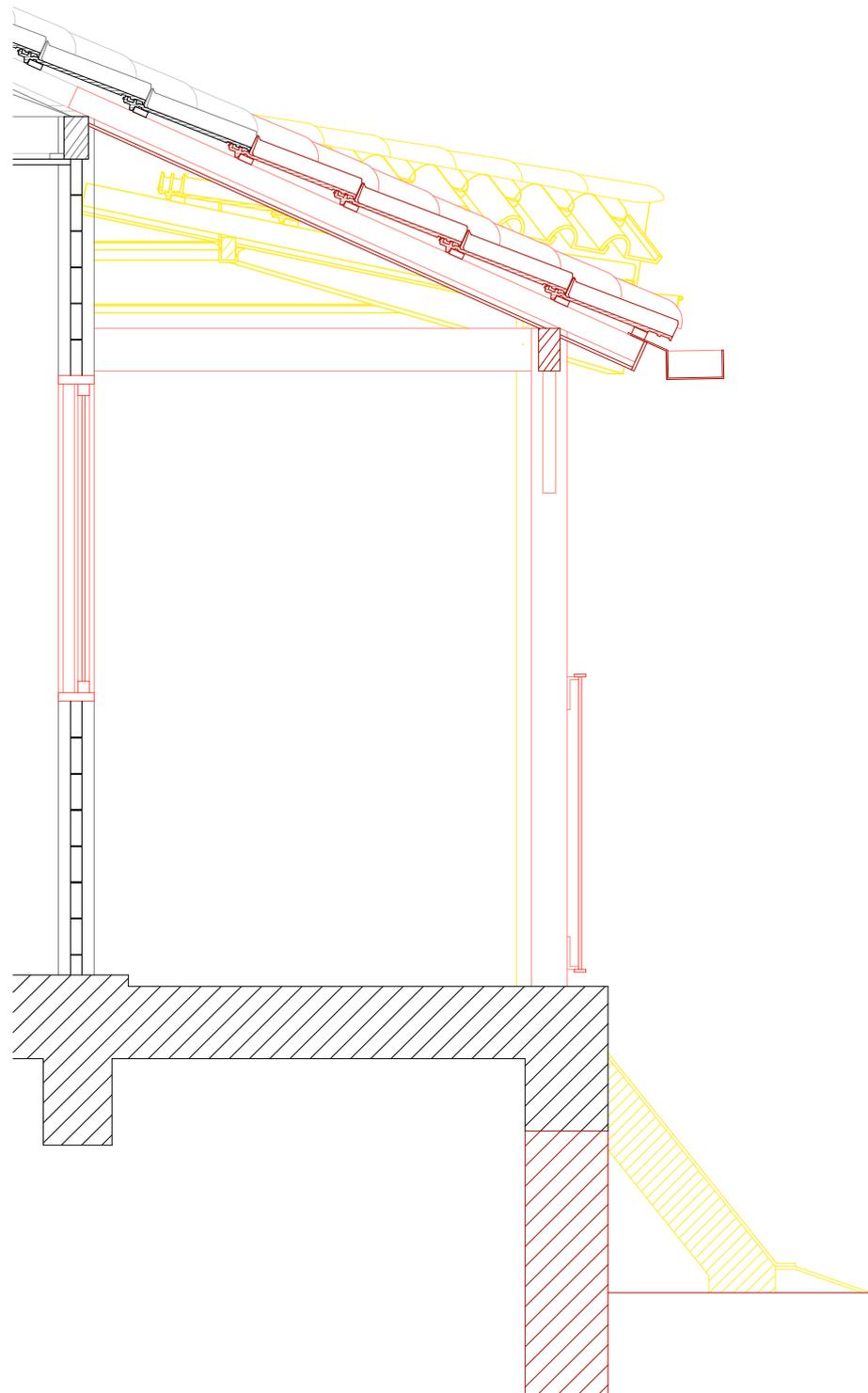
Em termos organizativos, visto não existirem condições para albergar as duas unidades habitacionais dentro dos limites da casa, decidiu-se que toda a volumetria da casa seria destinada a uma unidade habitacional. No que diz respeito à configuração volumétrica pretende-se conceder um apuro formal e construtivo em ambos os pisos da casa, para a obtenção de um volume equilibrado, volumetricamente e construtivamente.

Pretende-se, quanto ao volume base, reconfigurá-lo numa massa paralelepipedal regular compacta. Esta transformação pretenderá, uniformizar o volume a toda a volta e com isso reforçar-se enquanto plano horizontal elevado do solo, ou “piano nobile”. Importante para a perceção do volume enquanto “piano nobile”, é a regularização do volume da base. Pretender-se-á com isso fortalecer a relação entre os dois planos horizontais. Por outras palavras, a relação existente entre o pódio tectónico e o pódio estereotómico é reforçada através da substituição dos planos inclinados por limites verticais, pela verticalidade acrescida que lhe é dada.

Segundo Alberto Campo Baeza<sup>44</sup>, a forma como Mies posicionava os degraus que lhes davam acesso ajudava na definição da ideia de um e de outro pódio.

---

<sup>44</sup> CAMPO BAEZA, A. (2019), “A pensar com as Mãos”, Casal de Cambra, Caleidoscópio, p.22



49. Corte Construtivo\_Galeria\_Vermelhos e Amarelos  
Escala 1.25

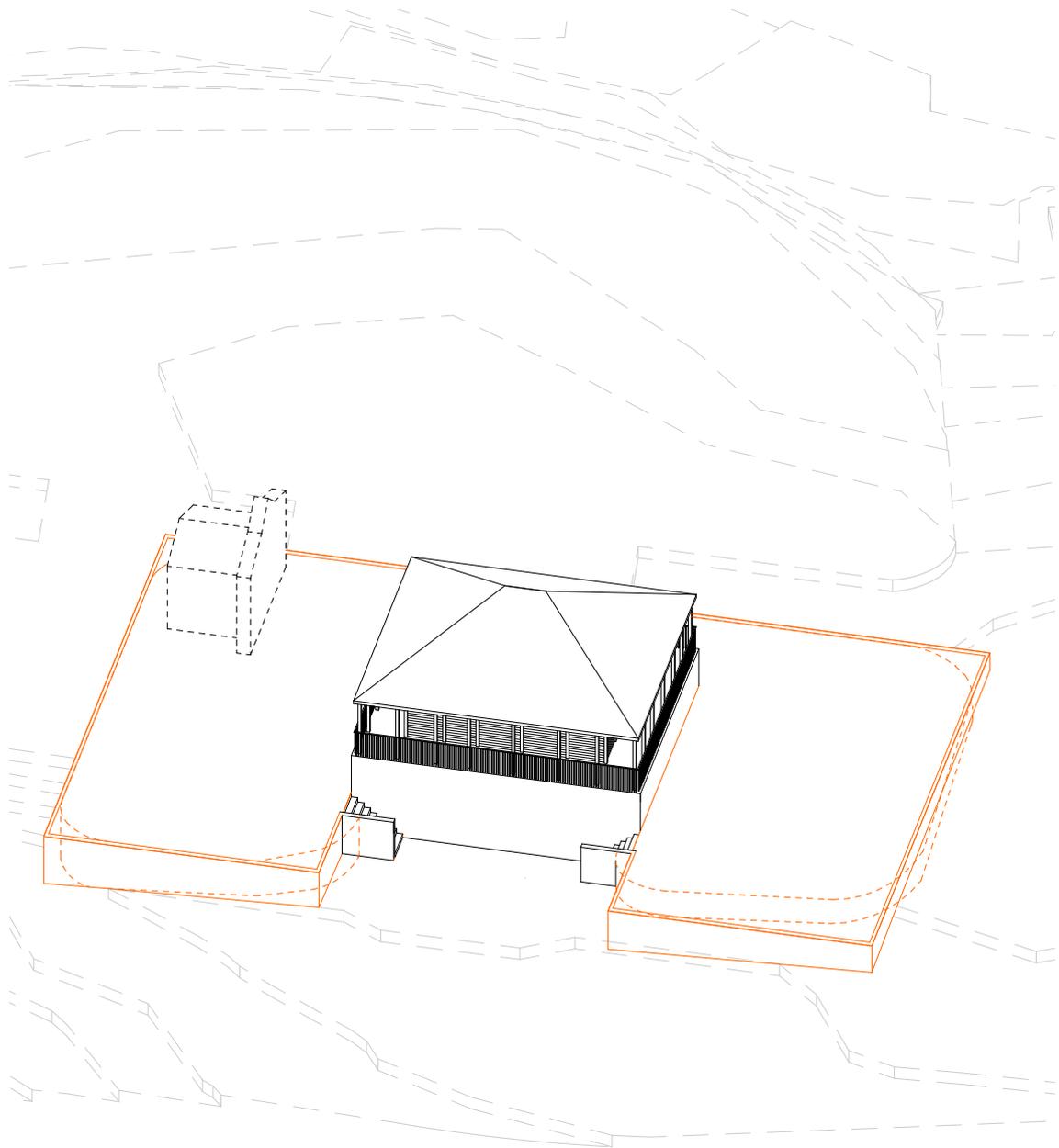
No caso do pódio tectónico, “(...) *os seus degraus, também flutuantes, aparecem em situação frontal*”<sup>45</sup> Assim sendo, a conversão das escadas num elemento solto do volume da base ainda que pétreo e pesado, indo de encontro à expressão do volume, pétreo e compacto, é também uma forma de reforçar a percepção de pódio tectónico, enquanto plano horizontal flutuante.

Posto isto, construtivamente, de forma a obter esta massa paralelepipedal regular, é necessária a demolição das lajes inclinadas e dos pilares trapezoidais. No seu lugar serão construídos limites verticais, com a totalidade do pé direito. No seguimento da definição da volumetria da base enquanto volume compacto, é necessário erguer uma parede, tornando o alpendre em espaço interior. Para reforçar a leitura do volume da base enquanto um único volume, entendeu-se que faria sentido utilizar, o mesmo material para o revestir a toda a volta.

Quanto à constituição do volume gerado pelo sistema pré-fabricado em madeira dividido em duas partes - o piso superior e a cobertura - pretende-se o aperfeiçoamento construtivo e formal de cada uma das partes. No que diz respeito ao piso superior, o volume ao centro, não será alvo de alterações volumétricas, mantendo-se como um volume paralelepipedal. Quanto ao plano que define os limites da galeria, será alvo de um apuro formal através da substituição das guardas por uma única guarda, operando por fora da estrutura, definido assim um plano contínuo a toda a volta. As alterações, no plano que limita a galeria, consistem também na substituição dos pilares de ferro por pilares iguais aos de madeira, e na reformulação da altura das vigas que os conectam. A altura das vigas será definida a toda a volta pelo fim das vigas-perna que suportam o tramo da galeria. As vigas-perna, que suportaram a extensão da cobertura, serão colocadas na continuidade das vigas-pernas que formam o telhado da casa – resultando assim na uniformização das quatro águas da cobertura.

---

<sup>45</sup> CAMPO BAEZA, A. (2019), “A pensar com as Mãos”, Casal de Cambra, Caleidoscópio, p.21



50. Axonometria\_Apuro Formal da Plataforma

## PÓDIO ESTEREOTÓMICO

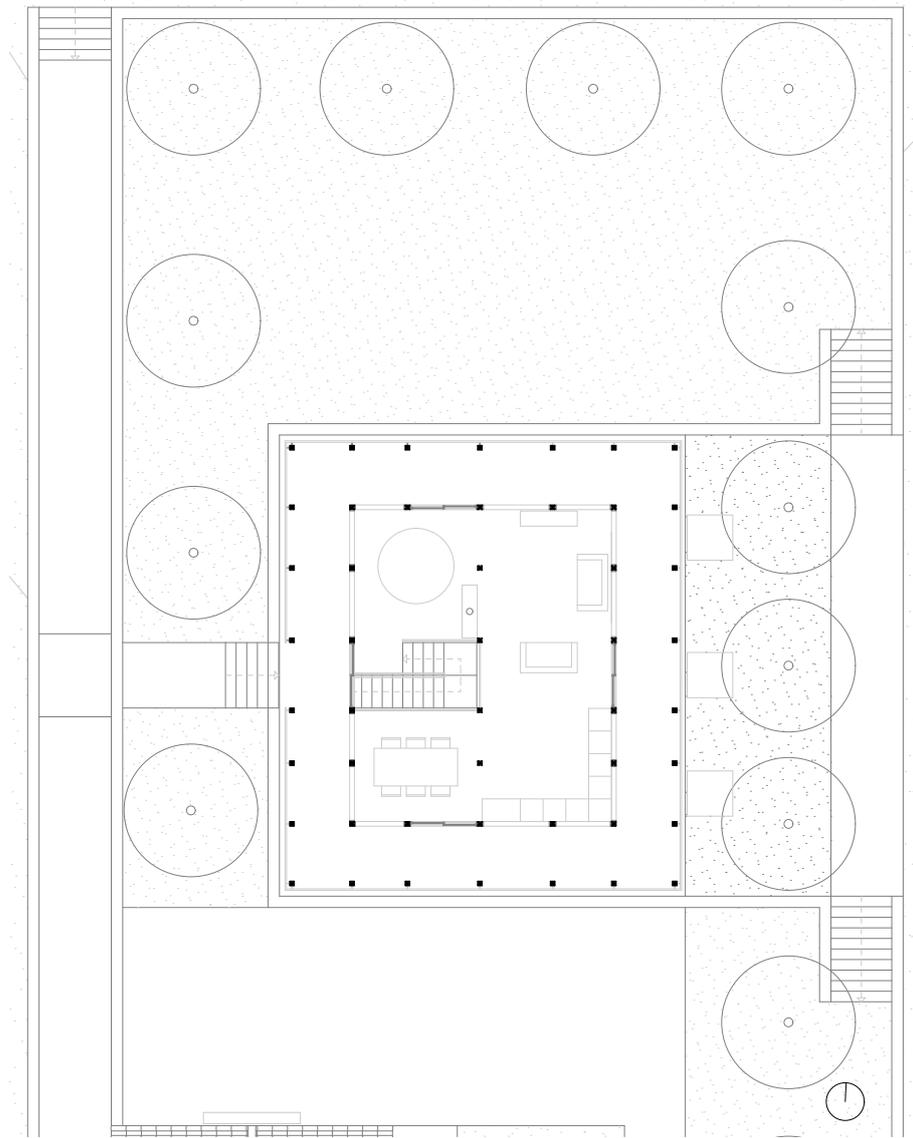
Como referido anteriormente, um dos elementos cruciais para a definição do espaço envolvente é o pódio estereotómico, como tal, definiu-se que conformaria, à semelhança da pré-existência, toda a programática dentro dos seus limites. Portanto, qualquer intervenção deverá manter o pódio como plano horizontal sobre o qual assenta a arquitetura.

De maneira a reforçar a leitura do plano horizontal enquanto pódio estereotómico regular, procedeu-se ao seu apuro formal. Em concreto, converteram-se os cantos arredondados do pódio em cantos com ângulos ortogonais, definidos segundo a orientação da casa. Eliminaram-se os restantes suportes de terras e muros em seu redor. Ainda assim, mantiveram-se os percursos existentes, regularizando-se o terreno nessas regiões consoante o declive natural do território. Pretende-se com isso, reforçar a plataforma como pódio estereotómico, como Mies propõe, ao estabelecer “(...) *o domínio do homem sobre a terra (...)*”<sup>46</sup>, em concreto sobre o restante terreno da propriedade.

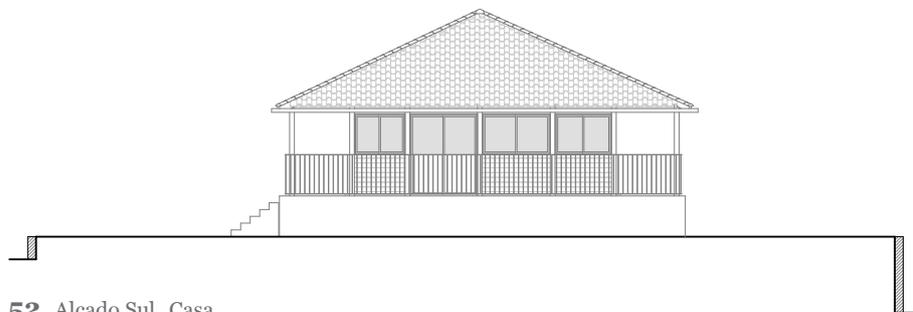
Sobre ele estabelece-se a arquitetura, neste caso a casa e o acrescento volumétrico feito à cozinha exterior. Como tal, de modo a manter esta relação, o pódio estereotómico deverá aumentar caso o acrescento volumétrico ultrapasse os seus limites.

---

<sup>46</sup> CAMPO BAEZA, A. (2019), “A pensar com as Mãos”, Casal de Cambra, Caleidoscópio, p.21



**51.** Planta do Piso Superior\_Casa  
Escala 1.200



**52.** Alçado Sul\_Casa  
Escala 1.200

## **proposta**

A proposta de intervenção consiste, portanto, na reorganização e redefinição do volume da casa (enquanto pódio tectónico), a conceção de um acrescento volumétrico ao volume da cozinha exterior e pela redefinição dos limites do espaço envolvente (enquanto pódio estereotómico), em função das alterações efetuadas nos edifícios.

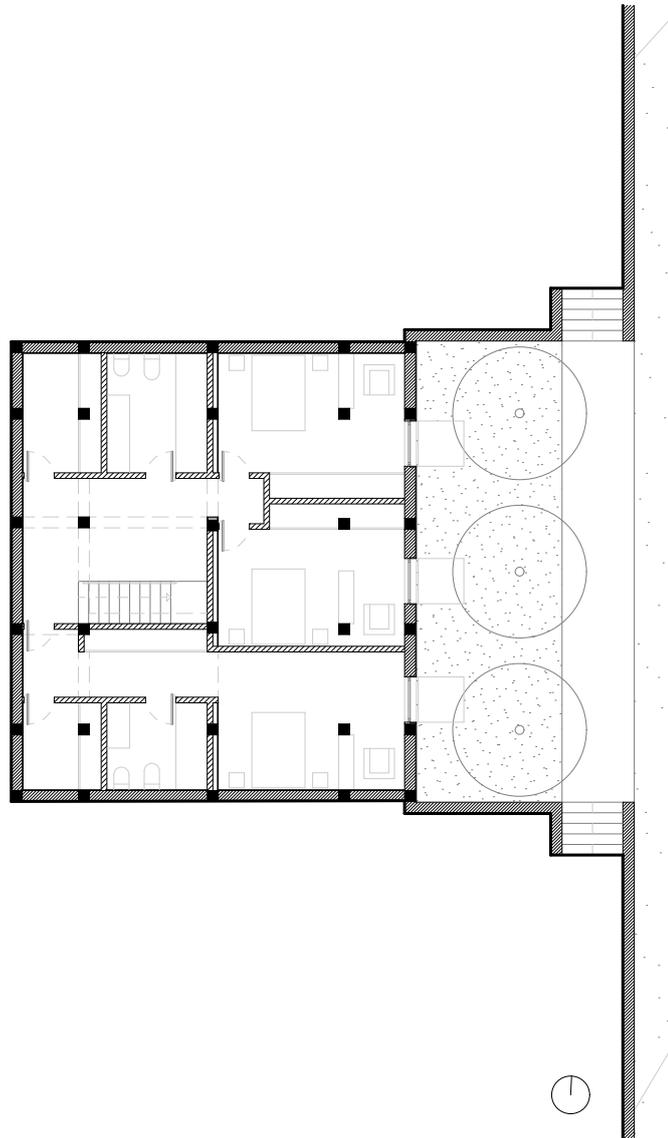
Como definido anteriormente o espaço envolvente, será definido pelos limites da plataforma de nível, de serão definidos em função da organização e forma dos edifícios. Como tal, inicia-se a apresentação da proposta de intervenção, com a redefinição e organização do volume da casa.

### **CASA**

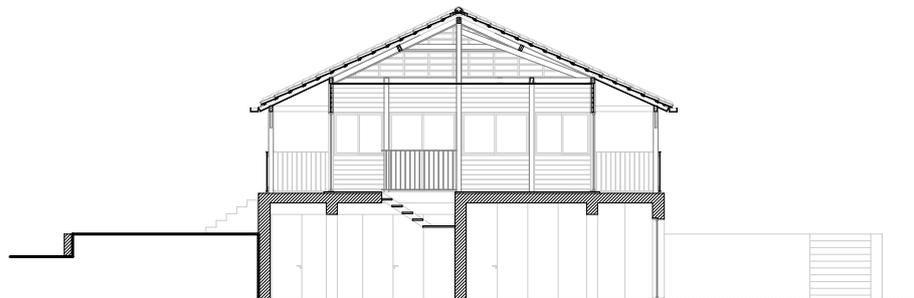
Na organização do espaço da casa, optou-se pela atribuição das funções de carácter privado ao piso inferior e de carácter social ao primeiro piso. Esta distribuição, foi assim concebida, para que se tire o máximo partido do plano horizontal elevado – o pódio tectónico que o volume estabelece – e das relações que poderão assim ser estabelecidas com a envolvente.

Na configuração do piso superior, pretende-se uma solução que consiga articular o espaço interior com a galeria, assim como permitir uma maior relação visual entre o interior e o exterior. Para que isso seja possível o espaço interior é liberado de qualquer compartimentação. Isto significa, que apenas se mantêm os pilares ao centro, que anteriormente dividiam a planta da casa, de modo a assegurar a estabilidade estrutural da cobertura, e que se removem-se os restantes elementos.

Neste caso, o mobiliário opera como elemento organizador e definidor das várias zonas de um espaço amplo, entre eles o espaço de estar, cozinha e espaço de refeições, articulados de forma orgânica. Por sua vez, a hierarquização do espaço, determina a posição e o tipo de vãos criados, em função da relação que o espaço interior pretende estabelecer com o exterior. Por um lado, são encerrados por portas de correr envidraçadas, para reforçar a permeabilidade entre o espaço interior e a galeria. Por outro lado, são encerrados através de janelas de correr, instaladas a meia altura nos restantes tramos de entre pilares, permitindo uma vista panorâmica.



**53.**Planta do Piso Inferior\_Casa  
Escala 1.200



**54.** Corte Transversal\_Casa  
Escala 1.200

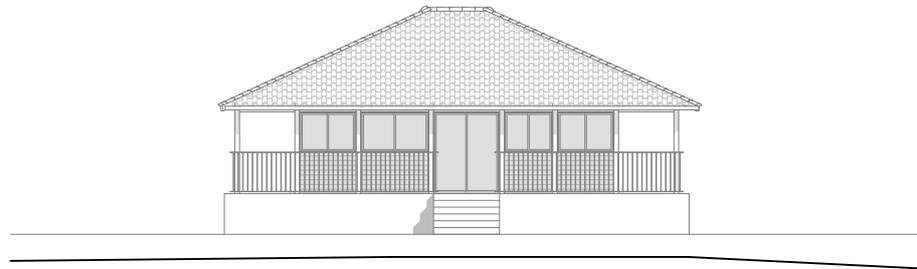
Contudo, o principal elemento de hierarquização e articulação dos espaços da casa é a escada. Isto é, por um lado, articula os dois pisos da casa – a zona diurna com a zona noturna – e por outro lado, pela sua posição central divide planimetricamente a organização dos espaços de ambos os pisos. A sua posição adjacente a um dos vãos da fachada do piso superior, é também estrategicamente pensada de forma a criar uma entrada de luz, que ilumine o piso inferior, onde, caso contrário não existiria luz natural.

Na configuração do piso inferior procedeu-se à demolição de todas as paredes divisórias posicionadas entre a estrutura e procedeu-se a uma nova organização do piso. Definiu-se à partida que a organização do espaço não estaria condicionada à estrutura porticada de pilares e vigas de betão existentes. Isto porque a medida dos pórticos estruturais não permitia organizar o piso inferior segundo as áreas que se consideravam ser necessárias para a conceção dos espaços. Por outro lado, permitiu a maior liberdade da conceção e organização dos espaços, por outro, auxiliou como um elemento organizador dos espaços.

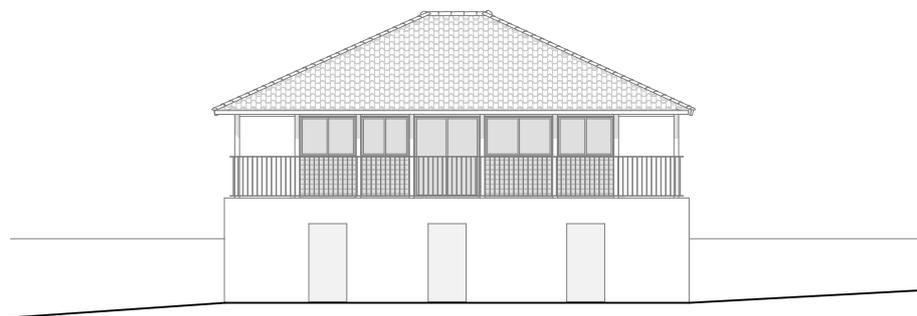
A organização do piso inferior está sujeito às condições de iluminação, pelo que foi dividido, entre espaços que obrigatoriamente iluminados e ventilados e por outro que o possam fazer via mecânica. A nascente, posicionam-se os quartos, que se relacionam diretamente com o espaço em frente e por isso, recebem iluminação e ventilação natural. A poente, posição onde a iluminação e ventilação artificial é necessária posicionaram-se, ao centro, os elementos de circulação e, nas extremidades, os serviços de apoio, neste caso, as instalações sanitárias e uns arrumos.

Nos quartos, a sua organização divide-se em dois espaços, repartidos espacialmente em função da estrutura existente. O quarto, é, portanto, constituído pela zona de dormir e junto à fachada por um pequeno espaço de estar – espaços separados espacialmente por um pilar estrutural e pela redução do pé direito, em função da altura da viga. Esta sucessão de espaço de carácter distinto é propositadamente realizada, em função da relação que se pretende estabelece com o espaço exterior. Isto é, pretende-se que o espaço exterior com que se relacionam os quartos funcione como a extensão no interior para o exterior. Como tal, a relação entre o espaço de dormir e o espaço exterior, é intermediada pelo espaço de estar.

PROPOSTA



55. Alçado Nascente\_Casa  
Escala 1.200



56. Alçado Poente\_Casa  
Escala 1.200

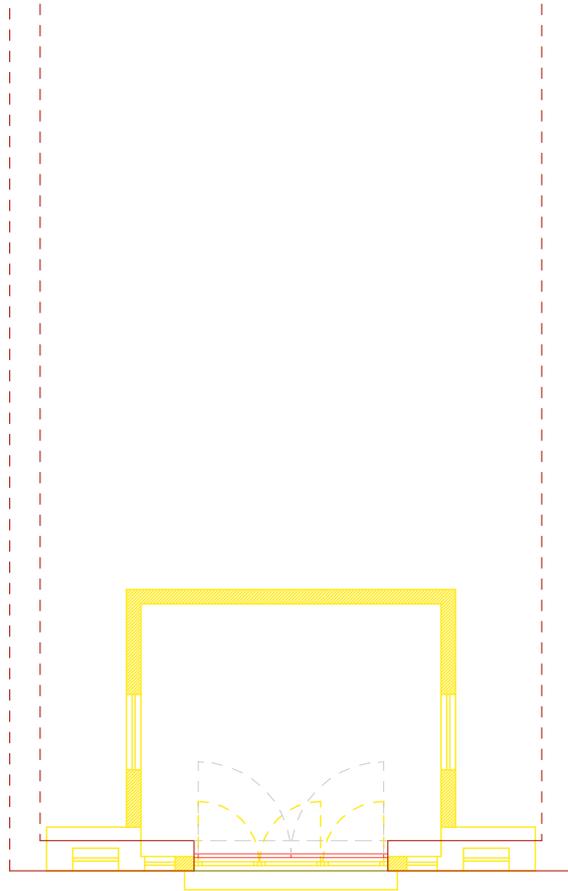
A relação que se propõem estabelecer com o exterior requer, por isso, alterações na natureza desse espaço - por anteriormente ser um espaço de entrada no edifício. Como tal, para que essa relação seja estável e para que este espaço seja utilizado sem interferência das atividades da propriedade definiu-se que como um espaço do uso exclusivo desta unidade habitacional. Assim sendo, a sua reconfiguração desse espaço passou por duas ações. A primeira consiste pela demolição das escadas adjacentes ao volume da base, deslocando-as para junto dos limites do pódio estereotómico. Entende-se que a demolição das escadas adjacentes ao volume da base é crucial para estabilização deste espaço pois eliminará a circulação junto da fachada. A segunda ação, consiste na caracterização e delimitação desse espaço.

Em primeiro lugar, passa pelo redesenho dos muros que limitam a pódio estereotómico, junto à fachada nascente do edifício. Com o seu redesenho, pretende-se que a perceção que se tem do volume da base é a de um volume que desliza e se encaixe no pódio estereotómico, deixando à sua frente, através desse movimento, um espaço sobre o qual se abre e se relaciona – o espaço em questão.

Por último, de forma que seja criada uma certa distância entre a fachada e o eixo de circulação, a definição do tipo de pavimento é essencial. Como tal esse é-lhe atribuído um pavimento mole ao espaço imediatamente à frente do volume da base e um pavimento duro na região onde é feita a circulação. Junto aos limites do pavimento mole são plantadas algumas árvores que funcionam como filtro visual, para que este consiga estabelecer-se enquanto espaço mais íntimo.

## **NOVA VOLUMETRIA**

De forma a minimizar o efeito do acréscimo volumétrico na definição de uma nova circunstância, procura-se, na intervenção sobre o edifício da cozinha exterior, uma solução que o conceba num gesto único e simples. Tendo em conta a condição pré-estabelecida, que determina que se deverá preservar a circunstância existente, optou-se pela utilização da matéria-prima mais característica e que melhor expressa a relação formal e espacial com a casa – a fachada principal – e servir dela como ponto de partida para a conceção do edifício.



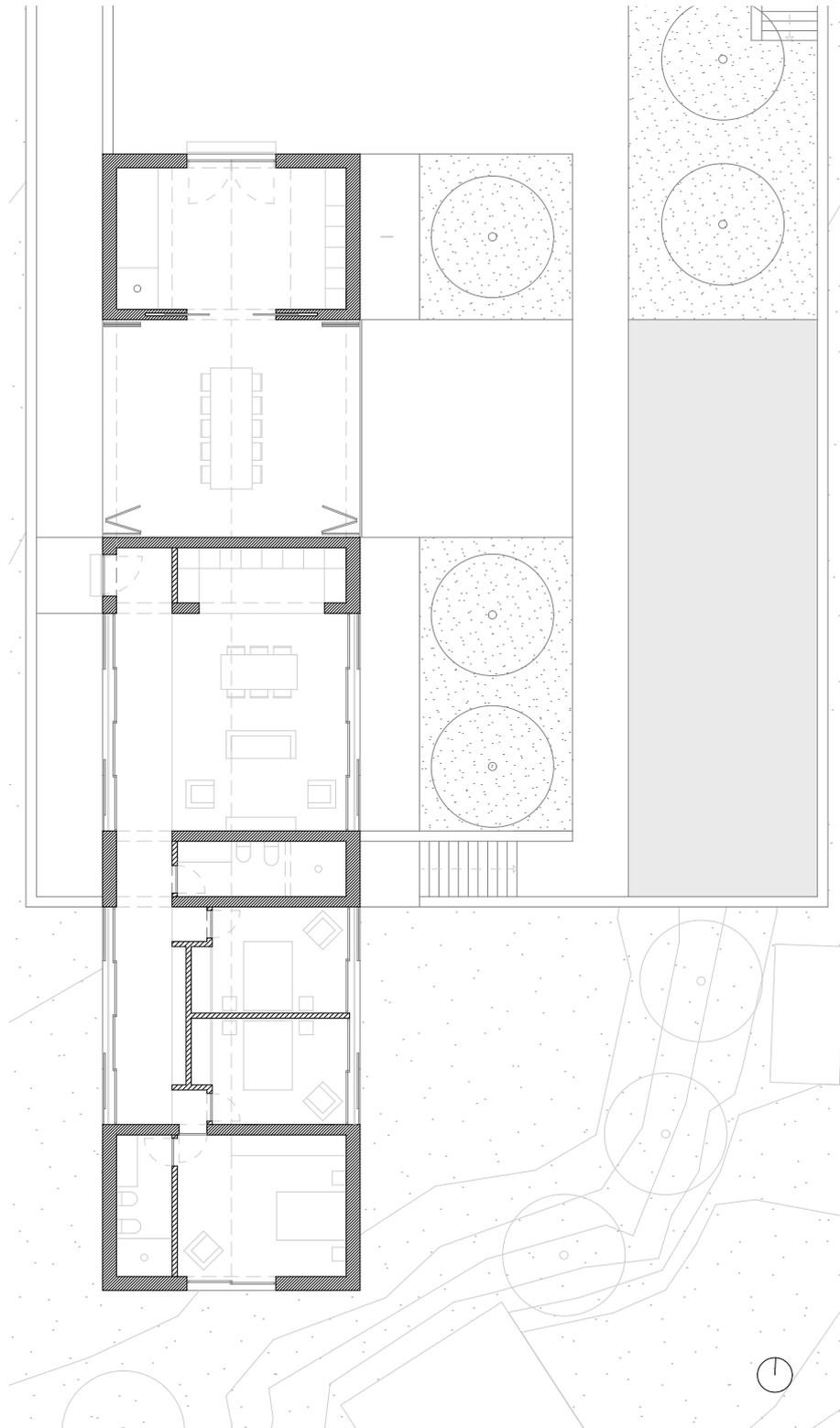
57. Planta e Alçado de Vermelhos e Amarelos\_Edifício da Cozinha Exterior  
Escala 1.100

Como tal, projeta-se, a partir da fachada, um volume longitudinal de duas águas, que terá aproximadamente a mesma configuração formal da fachada original. Diga-se aproximadamente, porque depois de se tentar organizar o programa segundo uma distribuição longitudinal, verificou-se que seria necessário o seu redimensionamento, tanto na sua largura com na altura. Este redimensionamento justifica-se, não só pela melhoria na lógica com que o edifício é organizado, mas também numa melhoria significativa da sua proporção.

Em termos práticos, optou-se pela demolição do edifício e pela conceção da volumetria longitudinal partindo da posição onde estava implantado o edifício antigo. A nova edificação, utiliza na conceção da nova fachada norte, alguns elementos da fachada antiga, em sua memória. Mais concretamente, manteve-se o posicionamento do vão centrado com a fachada e foi trasladado o azulejo com a inscrição “Herdade do Castelão”, colocado na nova fachada, em função da proporção da mesma, e em posição idêntica à que estava na fachada antiga.

A forma do edifício determina à priori que a sua organização será concebida segundo a distribuição longitudinal no sentido norte-sul. Para que o programa restante seja abrangido no edifício, essa condição longitudinal, em função da sua largura, determinou um edifício bastante comprimido. Por conseguinte, a sua dimensão implica a redefinição dos limites do plano horizontal sobre o qual assenta - o pódio estereotómico.

O edifício organiza-se em função do programa a si atribuído, que se divide essencialmente entre programa comum, a norte, e programa habitacional, a sul. Esta distribuição programática foi concebida em função da distância requerida entre as duas unidades habitacionais, situando-se assim o programa de carácter comum numa posição intermédia, relativamente às duas unidades habitacionais. Contudo, na definição formal do edifício, pretende-se ocultar a repartição do programa, atribuindo-lhe a percepção de único volume, solto da base, como se de uma caixa pousada no pódio se tratasse – reforçando respectivamente a relação coma circunstância passada e a ideia de pódio estereotómico, sobre o qual assenta.



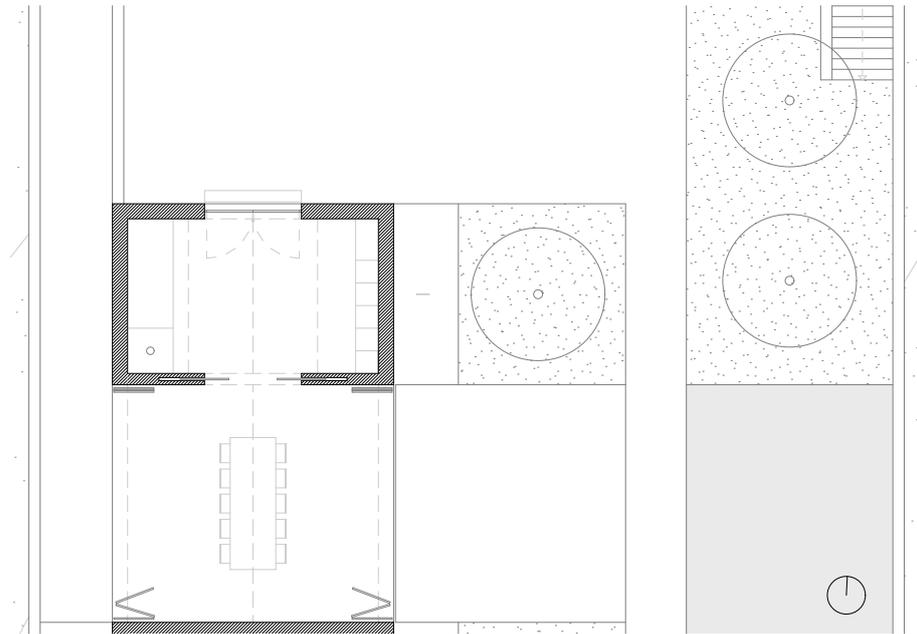
**58.** Planta\_Volume Longitudinal  
Escala 1.200

Na organização do edifício, procurou-se uma lógica que o permitisse, e que consiste na organização do edifício segundo a ideia de simetria em planta, mas sobretudo em alçado, dissimilando a percepção da repartição programática. Pode ler-se na planta e nos alçados a conceção de dois espaços, que diferem sobretudo pelo tipo de relação que estabelecem com a envolvente: uns que se abrem e outros que se encerram. Essa divisão é determinada pelo carácter programático desses espaços, que se repartem longitudinalmente segundo uma organização lógica, do espaço comum e da unidade habitacional e transversalmente, abrindo-se mais e encerrando-se mais, na relação com a envolvente e a paisagem.

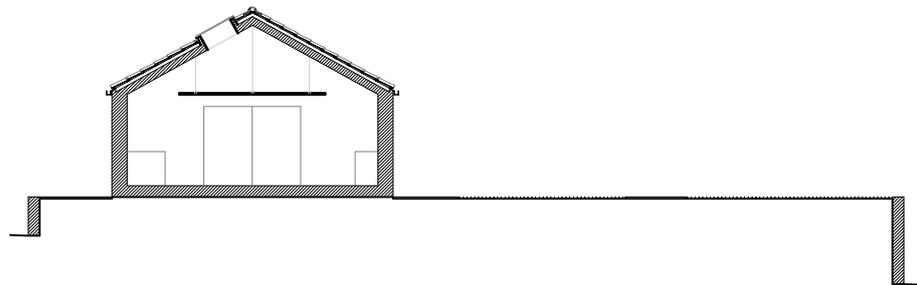
A estrutura do edifício, é constituída por um sistema de paredes portantes transversais, posicionadas segundo a métrica coincidente com a organização dos espaços do edifício. Neste caso, a estrutura faz também parte da conceção formal e volumétrica do edifício. Denota-se ainda um pormenor que se considera importante na leitura de edifício concedendo-lhe o efeito de volume solto do seu embasamento, que consiste na conceção da laje de piso acima da cota do pódio.

De seguida proceder-se-á à descrição da organização e conceção dos espaços, tanto dos espaços comuns, como da unidade habitacional, que apesar de serem descritos de forma individual, foram idealizados em conjunto, segundo a lógica anteriormente apresentada.

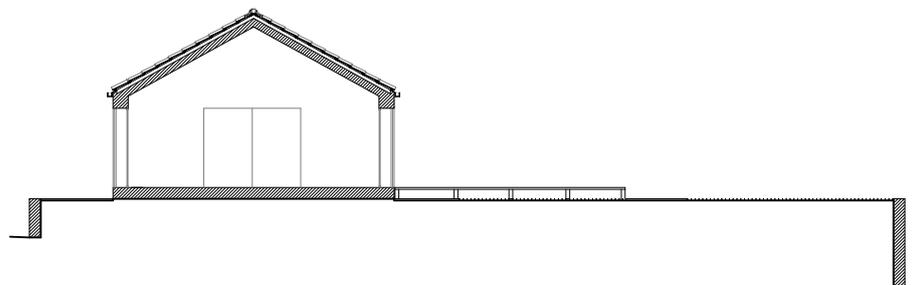
A norte, o edifício alberga o programa de carácter comum, que é constituído pela cozinha e pelo espaço de refeições. A cozinha, ocupa um dos extremos do edifício, neste caso, o topo norte do edifício, ou seja, a posição da antiga cozinha. Por constituir um serviço, significa que compreende um dos espaços que se encerra perante a envolvente. O seu posicionamento, assim como a sua volumetria reforçam a memória do edifício antigo, no que diz respeito à relação que estabelece com o espaço envolvente. Fá-lo também ao desempenhar a mesma função e através da forma como foi concebida a sua fachada, segundo anteriormente descrito. Na cozinha, o teto é trabalhado de maneira que o espaço seja iluminado de forma zenital pelas laterais, onde estão, por sua vez, posicionados os espaços de trabalho. Esta configuração do espaço atribui-lhe uma espacialidade, que se entende ser apropriada à sua organização e funcionamento.



59. Planta\_Volume Longitudinal\_Espaço Comum  
Escala 1.200



60. Corte Transversal\_Cozinha Comum  
Escala 1.200



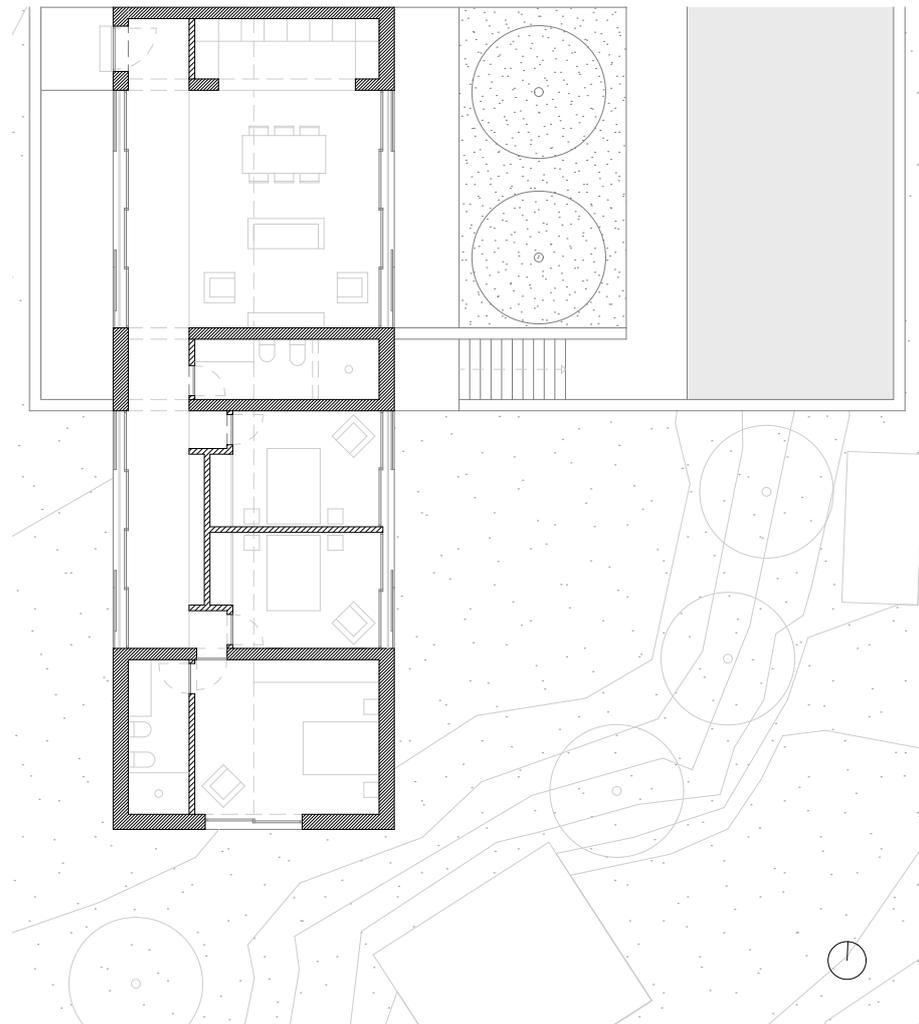
61. Corte Transversal\_Espaço de Refeições Comum  
Escala 1.200

Por sua vez, o espaço de refeições é um dos espaços que se abre a nascente e a poente para a envolvente. Procura-se, com isso, uma total relação visual para com a paisagem, segundo essa orientação. Contudo, pelo carácter comum deste espaço, a permeabilidade entre interior e exterior é um dos aspetos que se considera cruciais para a sua definição. Por isso, idealizou-se uma solução que permitisse reforçar essa intenção, que consiste na utilização de um sistema desdobrável de correr nos caixilhos e portadas. Na definição do espaço de refeições retira-se partido da espacialidade total do edifício, expressa no interior pelas duas águas do telhado.

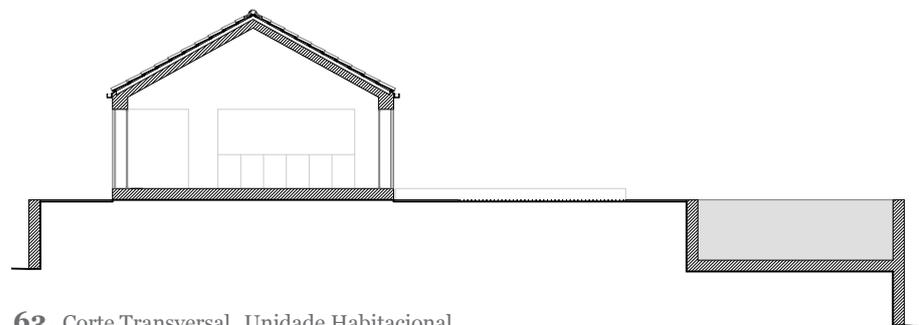
Apesar de se caracterizarem como espaços distintos, é necessário que estejam conectados, pois desempenham funções que se complementam. Como tal, a organização dos espaços está também dependente da forma como estes espaços se interligam. Procurou-se, por isso, a existência de uma certa fluidez entre eles, sem que se percam as suas qualidades espaciais. Estes dois espaços organizam-se segundo um eixo central, onde por sua vez é feita a ligação entre eles. Ligação que se faz através de um vão significativo aberto no alinhamento e com as mesmas dimensões da porta da fachada norte. Neste caso, optou-se por uma porta de correr, que quando aberta se recolhe na totalidade para o interior da parede, permitindo a fluência total entre os espaços.

Como exposto anteriormente a ideia de edifício pousado sobre o pódio é uma das premissas lançadas à partida para a intervenção sobre o volume existente. Contudo, pela dimensão longitudinal que a volumetria apresenta, implica que o pódio acompanhe essa dimensão, uma operação que se considera desproporcionada, e inclusive demasiado afirmativa para com o terreno. Por outro lado, determinou-se que seria no pódio que se iria organizar o programa de carácter exterior. Posto isto, em função destas condições, a distribuição programática e organização dos espaços, assim com as relações que se estabelecem entre interior e exterior foram geridas simultaneamente com a definição dos limites do pódio, a sul.

Depois da elaboração de algumas propostas que testam a melhor forma de responder a estas problemáticas levantadas pela premissa pré-estabelecida, entendeu-se que a distribuição programática deve ser feita com o posicionamento das funções diurnas, a norte, e das funções noturnas a sul. Esta ope-



**62.** Planta\_ Unidade Habitacional  
Escala 1.200



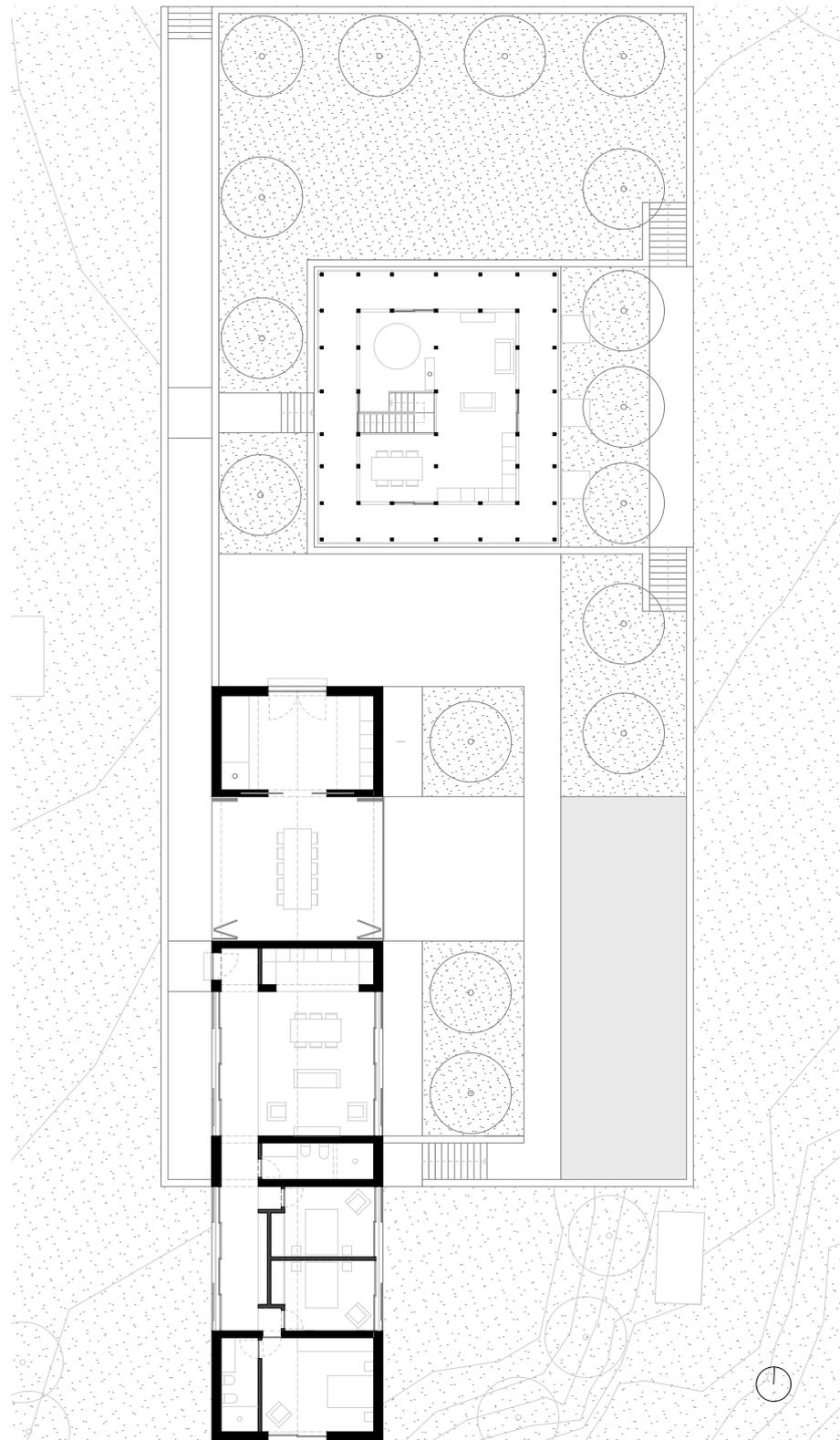
**63.** Corte Transversal\_ Unidade Habitacional  
Escala 1.200

ração foi pensada, numa perspetiva de reduzir o aumento da dimensão do pódio, que assim se limita com o fim da zona social da casa. Esta gestão dos limites do pódio, permite, por um lado que a zona diurna se relacione diretamente com um espaço exterior – funcionando o pódio como prolongamento do espaço interior para o exterior. Por outro lado, dita que a parte do edifício que alberga as funções noturnas fique em balanço. Esta condição permite, que não haja circulação em frente aos quartos, dando-se apenas a uma cota inferior, reservando-lhes alguma privacidade. Pelo vão significativo que teria de ser suportado optou-se pela conceção uma estrutura de apoio, que serve, simultaneamente, como espaço para arrumação dos bens relacionados com às atividades exteriores comuns.

A organização do espaço interior da unidade habitacional é definida por um eixo de circulação que interliga todos os espaços da casa, feito por um corredor junto à fachada poente de edifício. Com explicado anteriormente, o carácter dos espaços, na sua relação com o exterior varia, no sentido nascente poente, entre espaços encerrados ou abertos para o exterior. Isto porque no sentido longitudinal, os seus limites tiveram por vezes de ser desimpedidos por questões de iluminação e acessibilidade.

Os espaços encerrados são ocupados pelo programa relativo aos serviços, átrio/cozinha, instalações sanitárias e a suite que surge como exceção, abrindo-se a sul. Quanto aos espaços abertos, são ocupados pelo espaço de estar e de refeições, conformados num único espaço, e pelos restantes dois quartos.

No espaço social da unidade habitacional, à semelhança do espaço de refeições comum, procura-se criar um espaço fluente com a cozinha e que promova a transparência visual com a paisagem, assim como a permeabilidade entre o interior e o exterior. As fachadas nascente e poente, são providas de caixilharia e portadas, neste caso num sistema de correr. O tratamento dos vãos é igual no espaço social e na zona privada, com a exceção de nos quartos, por se posicionar na região do edifício em balanço, requer a presença de um guarda que será posicionada entre as portadas e a caixilharia.



**64.** Planta Geral  
Escala 1.300

## ESPAÇO ENVOLVENTE

A proposta foi desenvolvida tendo em conta a relação com a envolvente, contudo, a mesma também se moldou por força do edificado. Desenvolve-se então, uma definição do espaço exterior segundo um único plano horizontal, organizado em função da posição dos edifícios, de forma a potenciar a relação do interior e exterior do edifício com a envolvente e a paisagem da Herdade do Castelão. O pódio serve como elemento de contacto entre o gesto arquitetónico e a natureza onde a proposta se insere. Elemento que, além de definir os limites da intervenção em função da área requerida para albergar o programa de carácter exterior, funciona como um plano horizontal no qual assentará a nova volumetria. Torna-se assim favorável a inserção da proposta no terreno graças a este elemento horizontal que recebe a construção. Entendeu-se que, de forma a reforçar a sua presença perante o declive natural do terreno, que deveriam eliminar-se os restantes suportes de terras e muros em seu redor,. Pretende-se manter os percursos existentes, com recurso a taludes, e regularizar o terreno consoante o seu declive natural.

A proposta definiu, dentro dos limites do plano horizontal, três espaços à cota alta, aos quais foram atribuídas funções distintas. O primeiro, que se concretiza no espaço de articulação entre a esplanada e o eixo de circulação, limitado a sul pelo volume longitudinal e, a norte, pela casa, funcionará como espaço de chegada, de acesso ao programa de carácter comum (exterior – piscina e interior – cozinha e espaço de refeições) pela sua proximidade com o caminho e de distribuição para os dois volumes pela sua posição intermédia. O segundo, que surge como uma extensão do espaço comum, torna possível o prolongar de um espaço coberto que abriga a ação social até ao elemento da piscina, provocando assim uma multiplicidade de usos. O terceiro, que surge como o elemento exterior da casa, a norte, convida a ação íntima ao contacto com o exterior envolvente.

Na definição destes três espaços torna-se pertinente a definição e diferenciação dos pavimentos, remata-se então, com um pavimento mole, estes espaços de carácter comum. Uma intenção que se estende até à casa onde o espaço a norte da mesma é de pavimento mole, o que evidencia a utilização da posição elevada do pódio para contemplar a paisagem. Destaca-se ainda, uma vontade transversal a toda a proposta, de adicionar elementos vegetais que potenciem

um filtro entre coletivo e privado, capaz de proteger, mas que não impede a ligação espacial, como uma antecâmara para quem sai dos espaços privados.

A esplanada, a nascente, aglutina a zona destinada ao programa comum, onde a sua subdivisão aparece para melhor responder às particularidades de cada parte do volume longitudinal e de ligação visual com a casa. Pode-se então considerar a piscina como o elemento que une as partes, pois a ligação da mesma com os espaços exteriores capacita-a de um programa que pode ir do social pelo contacto com o espaço comum, ao individual pelo contacto com a unidade habitacional.

A proposta, como um todo, utiliza os percursos e as escadas para definir tanto as áreas, como as cotas, que servem diferentes funcionalidades espaciais. As escadas fazem o acesso entre os percursos da propriedade e o a plataforma que recebe o elemento longitudinal. A organização do espaço à cota da plataforma organiza-se segundo um eixo longitudinal, junto ao limite poente do pódio estereotómico, uma circulação marcada pela diferença no tipo de pavimento utilizado e que assinala as entradas nos espaços com a mudança de orientação da estereotomia do mesmo. A entrada nos espaços tornou-se problema primordial da proposta. A chegada ao edifício da casa é feita a poente através de um escadaria, construída em posição idêntica à da pré-existência, que, intermediada por uma galeria, leva tanto à porta de entrada como à galeria circundante que envolve todo o volume. Por outro lado, de modo a realçar a importância da chegada, no volume longitudinal, a entrada, tanto no espaço comum como na unidade habitacional, é reforçada pela presença de um degrau maciço que a antecede. Torna-se assim evidente o motivo projetual em fazer subir quem chega aos espaços, uma vontade que parecia respirar na proposta original.



## **considerações finais**

Este trabalho, permitiu identificar que o conjunto edificado da Herdade do Castelão nasceu de referências diversas, de vários tempos e lugares, pelo que empregues num único edifício resultam naturalmente no seu desequilíbrio, não só com o lugar, mas também enquanto construção, resultado do período e das circunstâncias em que foi construído.

Como se deve ou pode intervir, hoje, num edifício desta natureza? É possível, a partir de edifícios desenraizados, conceber uma intervenção que lhe traga equilíbrio com o lugar, que o reabilite nesse sentido? Deve recorrer-se a exemplos do passado onde essa relação estava presente? Foram estas as questões que se levantaram à partida para a realização deste trabalho.

Acredita-se que é parte da função do arquiteto corrigir e não demolir e construir de novo este tipo de edifícios, por existir um desperdício de recursos considerável. Contudo, entende-se por outro lado que, mantê-lo sem nele intervir implica a perpetuação no tempo desses aspetos negativos que o caracterizam.

Entende-se que, para que seja restituído o equilíbrio entre um edifício e o lugar, perante as circunstâncias atuais é, efetivamente, necessário recorrer aos valores do passado. Contudo, não obrigatoriamente às formas do passado, aos materiais e técnicas do passado, mas sim aos conceitos e princípios da arquitetura que existiam no passado e continuam a existir no presente. Acredita-se, por isso, que é possível identificar em qualquer edifício de génese popular um sentido pragmático, que ilustra precisamente a presença desses conceitos.

A diferença das construções do presente para as construções do passado é precisamente o tempo que as traz. No passado esse sentido pragmático era expresso da forma mais pura, utilizando os recursos do lugar onde se construía que permitiam encontrar facilmente a harmonia entre o edifício e o lugar. Contudo, esse sentido pragmático, que apesar de continuar a existir, tem vindo, progressivamente, a ser ocultado pela vontade de empregar num edifício uma ou várias referências específicas de cariz construtivo, formal ou organizativo ou por se querer utilizar técnicas e materiais que facilitem e economizem a sua construção.

Posto isto, concluiu-se que numa intervenção num edifício desta natureza, caso seja possível de encontrar esse sentido pragmático, que o homem coloca inevitavelmente na conceção ou idealização de um edifício, é também possível reverter as condições do edifício e da sua relação com o lugar. Por vezes, o que acontece, é que não se justifica, seja por questões económicas ou simplesmente porque seriam requeridas demasiadas alterações para que essa essência fosse exaltada.

No caso da Herdade do Castelão entende-se que este sentido pragmático se manifesta pela ideia de o homem se estabelecer no território segundo um plano horizontal. Posto, isto a sua reabilitação deve afastar-se dos aspetos difusores dessa ideia e a partir daí intervir no edifício, adequando-se ao futuro.

Conclui-se, por isso, que para responder a estas questões, é no entendimento do próprio edifício que se podem encontrar as soluções. Isto é, mesmo apresentando todos estes problemas construtivos, formais e organizativos é possível extrair-se potencial de qualquer edifício. É através da utilização dos aspetos que revelam a essência de um edifício que se deve partir para a sua reabilitação.

Entende-se que para conceber um projeto de reabilitação arquitetónica, que consiga preservar a identidade de um edifício passado, que antes, pelas suas características, ocultava essa essência, mas que posteriormente as demonstre num tempo distinto com uma ocupação distinta, é necessário recorrer a conceitos ou ideias puramente arquitetónicas. Isto é, ao ser valorizada a coerência entre os elementos formais e construtivos e na organização do edifício.

Com a solução apresentada procurou-se, sobretudo, responder às circunstâncias atuais, que permitem muitas e diferentes formas de conceber um edifício, em qualquer parte do mundo e que, inevitavelmente, é necessário aceitar que continuarão a existir edifícios que resultem na mescla de referências.

Apesar de se concordar que cada intervenção é própria da circunstância criada por cada edifício, a ideologia por detrás da conceção da proposta de reabilitação não se considera única para o objeto de estudo. Foca-se sobretudo nas particularidades do mesmo, embora possa ser considerada em muitos outros edifícios, quando partilhem, a época de construção, variação nas referências utilizadas, etc. Não obrigatoriamente num contexto idêntico, mas com condicionantes idênticas.

## referências bibliográficas

AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENEZES, Cristina (2004). “Arquitectura Popular em Portugal”, 4ª ed, Lisboa, Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos

BAGANHA, José (2016). “A arquitetura popular dos povoados do Alentejo”, Lisboa, Edições 70

BREITSCHMID, Markus; OLGATI, Valerio (2013), “Non-Referential Architecture”, Basel, Simonetty & Baer

CAMPO BAEZA, Alberto (2019), “A pensar com as Mãos”, Casal de Cambra, Caleidoscópico

CHOAY, F. (2000), “A alegoria do património”, Lisboa, Edições 70

DENTINHO, Maria do Céu Ponte (1989). “Elvas”, Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, Lda

DOMINGUES, Álvaro (2011), “A Vida no Campo”, *op. cit.*, Porto, Dafne Editora

RUDOFISKY, Bernard, (1995), “Architecture without architects”, Preface, Albuquerque, University of New Mexico Press

Sindicato Nacional dos Arquitectos (1961) Arquitectura popular em Portugal. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos

TÁVORA, Fernando (2006) “Da organização do espaço”, Porto, Faup Publicações

VIEIRA, Rui Rosado (1999) Centros Urbanos no Alentejo fronteiro Campo Maior, Elvas e Olivença de inícios do século XVI a meados do século XVII, Lisboa, Livros Horizonte

ZUMTHOR, Peter (2004) Pensar la arquitectura, Barcelona, Gustavo Gili

## iconografia

1. <https://www.diariodoviajante.pt/viagens/passeio-alto-alentejo-beira-baixa/>
2. desenho realizado pelo autor
3. desenho realizado pelo autor
4. <https://www.travelone.pt/sobre-portugal/alentejo/>
5. <https://www.visitalentejo.pt/pt/o-alentejo/natureza/>
6. desenho realizado pelo autor
7. desenho realizado pelo autor
8. <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2011/08/barragem-do-caia.html>
9. <https://www.publico.pt/2019/09/21/fugas/reportagem/novo-vila-galle-elvas-ja-convento-prisao-militar-hoje-quer-reposo-historia-1886821>
10. <https://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2014/04/santa-eulalia.html>
11. [https://www.youtube.com/watch?v=WV71f\\_rYv9A](https://www.youtube.com/watch?v=WV71f_rYv9A)
12. desenho realizado pelo autor
13. desenho realizado pelo autor
14. desenho realizado pelo autor
15. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Monte\\_\(Alentejo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monte_(Alentejo))
16. <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/as-10-casas-luxo-visitadas-ano-continuam-venida/attachment/408799>
17. <https://www.publico.pt/2016/10/02/local/noticia/o-monte-alentejano-simboliza-a-rebel-dia-dos-povos-do-sul-contra-o-que-haveria-de-ser-o-estado-1745707>
18. fotografia do autor
19. fotografia do autor
20. fotografia do autor
21. fotografia do autor
22. fotografia do autor
23. fotografia do autor
24. fotografia do autor
25. fotografia do autor
26. fotografia do autor
27. fotografia do autor
28. fotografia do autor
29. fotografia do autor
30. fotografia do autor
31. fotografia do autor

32. fotografia do autor
33. fotografia do autor
34. fotografia do autor
35. desenho realizado pelo autor
36. desenho realizado pelo autor
37. desenho realizado pelo autor
38. desenho realizado pelo autor
39. desenho realizado pelo autor
40. desenho realizado pelo autor
41. desenho realizado pelo autor
42. desenho realizado pelo autor
43. desenho realizado pelo autor
44. desenho realizado pelo autor
45. desenho realizado pelo autor
46. fotografia do autor
47. fotografia do autor
48. desenho realizado pelo autor
49. desenho realizado pelo autor
50. desenho realizado pelo autor
51. desenho realizado pelo autor
52. desenho realizado pelo autor
53. desenho realizado pelo autor
54. desenho realizado pelo autor
55. desenho realizado pelo autor
56. desenho realizado pelo autor
57. desenho realizado pelo autor
58. desenho realizado pelo autor
59. desenho realizado pelo autor
60. desenho realizado pelo autor
61. desenho realizado pelo autor
62. desenho realizado pelo autor
63. desenho realizado pelo autor
64. desenho realizado pelo autor





# Herdade do Castelão

Reabilitar sobre um *compósito* - entre o popular e o contemporâneo

## Anexos

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura  
Orientação: Prof. Doutor Joaquim José Lopes Teixeira  
António Luís Catarino Gomes da Costa  
FAUP | 2023

# ÍNDICE I DESENHO RIGOROSO

## LEVANTAMENTO

L.01 - PLANTA DA HERDADE	ESCALA 1:2000
L.02 - PLANTA DE IMPLANTAÇÃO	ESCALA 1:500
L.03 - PLANTA DE COBERTURAS	ESCALA 1:200
L.04 - PLANTA DO PISO SUPERIOR	ESCALA 1:100
L.05 - PLANTA DO PISO INFERIOR	ESCALA 1:100
L.06 - ALÇADO POENTE	ESCALA 1:100
L.07 - ALÇADO NASCENTE	ESCALA 1:100
L.07 - ALÇADO NORTE	ESCALA 1:100
L.08 - ALÇADO SUL	ESCALA 1:100
L.09 - CORTE LONGITUDINAL	ESCALA 1:100
L.10 - CORTE TRANSVERSAL	ESCALA 1:100

## INTERVENÇÃO

P.01 - PLANTA DE IMPLANTAÇÃO	ESCALA 1:500
P.02 - PLANTA DE COBERTURAS	ESCALA 1:200
P.03 - PLANTA DO PISO SUPERIOR _ CASA	ESCALA 1:100
P.04 - PLANTA DO PISO INFERIOR _ CASA	ESCALA 1:100
P.05 - ALÇADO NASCENTE _ CASA	ESCALA 1:100
P.06 - ALÇADO POENTE _ CASA	ESCALA 1:100
P.07 - ALÇADO NORTE	ESCALA 1:100
P.08 - ALÇADO SUL	ESCALA 1:100
P.09 - CORTE TRANSVERSAL _ NOVA VOLUMETRIA	ESCALA 1:100
P.10 - PLANTA DO PISO SUPERIOR _ NOVA VOLUMETRIA	ESCALA 1:100
P.11 - PLANTA DO PISO INFERIOR _ NOVA VOLUMETRIA	ESCALA 1:100
P.12 - ALÇADO NASCENTE _ NOVA VOLUMETRIA	ESCALA 1:100
P.13 - ALÇADO POENTE _ NOVA VOLUMETRIA	ESCALA 1:100
P.14 - CORTE TRANSVERSAL _ NOVA VOLUMETRIA _QUARTO	ESCALA 1:100
P.15 - CORTE TRANSVERSAL _ NOVA VOLUMETRIA _ INTALAÇÃO SANITÁRIA	ESCALA 1:100
P.16 - CORTE TRANSVERSAL _ NOVA VOLUMETRIA _ ESPAÇO DE ESTAR	ESCALA 1:100
P.17 - CORTE TRANSVERSAL _ NOVA VOLUMETRIA _ COZINHA COMUM	ESCALA 1:100